



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS DE HUMANIDADES CAMPUS III
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

VERÔNICA DA SILVA CAXIAS

Linha de pesquisa:

Organização do Espaço Agrário

**LUTA PELA TERRA: Formação e implantação do assentamento Jardim uma realidade
no Município de Curral de Cima - PB**

**GUARABIRA – PB
2011**

VERÔNICA DA SILVA CAXIAS

LUTA PELA TERRA: Formação e implantação do assentamento Jardim uma realidade no Município de Curral de Cima - PB

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia, da Universidade Estadual da Paraíba, Campus III, em cumprimento aos requisitos necessários para obtenção do grau de Licenciado em Geografia. sob orientação do Prof. Ms. Carlos Antonio Belarmino Alves

GUARABIRA – PB
2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

C384I

Caxias, Verônica da Silva

Luta pela terra: formação e implantação do assentamento Jardim, uma realidade no Município de Curral de Cima-PB / Verônica da Silva Caxias. – Guarabira: UEPB, 2011.

66f.: Il. Color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação Prof. Ms. Carlos Antonio Belarmino Alves.”

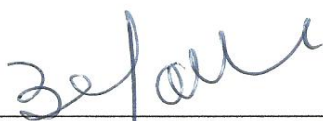
1. Reforma Agrária 2. Assentamento
3. Luta pela Terra I.Título.

22.ed. CDD 333.31

VERÔNICA DA SILVA CAXIAS

**LUTA PELA TERRA: Formação e implantação do assentamento jardim uma realidade
no Município de Curral de Cima - PB**

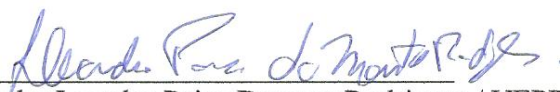
BANCA EXAMINADORA



Prof. Ms. Carlos Antonio Belarmino Alves / UEPB
Orientador



Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto / UEPB
Examinador



Mestrando: Leandro Paiva Dumont Rodrigues / UEPB
Examinador

Aprovada em 13 de 12 de 2011

GUARABIRA – PB
2011

DEDICATÓRIA

A meus pais Severino de Lima Caxias e Severina da Silva Caxias. A Roque Filho, “pequeno” amado, que vem me ensinando a cada dia a olhar e sentir o mundo a partir de um sorriso, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelas pela vida construir-se numa eterna oportunidade de aprendizado.

Ao meu pai, pelo seu caráter que me faz admirá-lo e por seu exemplo de homem dedicado a família e que não mediu esforços para seus filhos estudarem. A minha mãe pelo amor e compreensão nos momentos mais difíceis. Agradeço a todos os meus irmãos, em especial a Alexandra que na minha ausência tem sido uma mãe para meu pequeno Roque Filho, e Aldenice pelo incentivo dado durante a realização deste trabalho.

Ao querido professor Ms. Carlos Antonio Belarmino Alves pela disposição em orientar-me, pelas valiosas contribuições, pela paciência, ainda assim com muita alegria, e por todo apoio concedido.

A todos do Assentamento Jardim que participaram deste estudo, sendo entrevistados ou respondendo aos questionários, pela boa vontade em compartilhar suas experiências e reflexões. Em especial a Márcio Gomes que me ajudou com arquivos do Assentamento e sua irmã Marcia que também com paciência me passou informações.

Agradeço a todos os meus colegas de sala pelos momentos de alegrias, de apoio nos momentos difíceis que passei, mas, principalmente pela amizade que já ultrapassa a os limites da vida acadêmica.

Meu agradecimento a Sr. Hermes e Dona Terezinha que me ofereceram sua residência e foram como pais para mim durante dois anos do curso.

À banca examinadora pela disposição e apoio.

Aos colegas Simone, Ramon e Wellington pela ajuda na digitação e correção dos dados desta pesquisa.

Ao meu esposo, Roque Conrado, pela ajuda e companhia no deslocamento para realização da pesquisa e também pela compreensão nos momentos de ausência durante aulas na Faculdade, as aulas de campo e o trabalho.

Ao meu pequeno Roque Filho pelo amor que me dá felicidade e força para olhar esse mundo injusto e cruel e acreditar que logo será melhor.

Obrigada a todos.

É verdade que depois de derrubadas as cercas do latifúndio, outras se levantarão: as cercas do judiciário, as cercas da polícia (ou das milícias privadas), as cercas dos meios de comunicação de massa [...]. Mas é verdade também que cada vez mais caem as cercas e a sociedade é obrigada a olhar e discutir o tamanho das desigualdades, o tamanho da opulência e da miséria, o tamanho da fartura e da fome. (**Pedro Terra**, 1995.)

043 - LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

Título: LUTA PELA TERRA: FORMAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO ASSENTAMENTO JARDIM UMA REALIDADE NO MUNICÍPIO DE CURRAL DE CIMA (PB)

Linha de Pesquisa: Organização do Espaço Agrário

Autora: Verônica da Silva Caxias

Orientador: Prof. Ms. Carlos Antônio Belarmino Alves

Banca Examinadora: Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto;

Mestrando Leandro Paiva do Monte Rodrigues.

RESUMO

A luta pela terra não é recente nem aconteceu em um lugar específico. Quando o homem deixou de ser nômade e passou a viver em uma única região ele estabeleceu seu território, passando a demarcar uma área mantendo uma relação de poder. O interesse em investigar a temática parte do princípio de que a Geografia Agrária esteve particularmente ligada aos debates envolvendo a questão dos movimentos sociais, fazendo emergir, desta forma, a curiosidade de investigar a problemática disseminada nesta área. A pesquisa tem como objetivo estudar a formação e implantação do Assentamento Jardim no município de Curral de Cima (PB). Analisar a estrutura fundiária do mesmo e identificar as atividades agrárias desenvolvidas no local, na perspectiva de destacar as suas potencialidades e limitações. Os procedimentos metodológicos consistiram na pesquisa bibliográfica e empírica. No gabinete realizou-se a triagem do material e instrumentos técnicos e bibliográficos sobre o tema e a proposta a ser apresentada. Foram trabalhados os documentos específicos do assentamento, e a realização de entrevistas semiestruturadas com os moradores do assentamento Jardim, que o facilitou a organização e sistematização dos dados. Com os dados da pesquisa foi possível estudar o histórico do assentamento, que segundo os assentados é resultado de um esforço comum, uma manifestação viva, plural da resistência do movimento e de sua capacidade de mobilização, articulação do assentamento em questão. Observamos vários benefícios que foram trazidos ao assentamento que se desenvolveram com os projetos diversos como: o crédito agrícola, avicultura, apicultura, capacitação e outros tipos de fomentos aos assentados, através do trabalho de multirão, implantação de telecentro, hortas comunitárias etc. Concluímos com a pesquisa que ainda existem grandes desafios no que diz respeito ao melhoramento da qualidade de vida dos assentados.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma Agrária, Luta pela Terra, Assentamentos.

043 - LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

Título: STRUGGLE FOR EARTH: LAYING THE DEPLOYMENT TRAINING AND JARDIM A REALITY IN CURRAL DE CIMA (PB)

Linha de Pesquisa: Modernização agrícola: Reorganização Espacial e Relações de Trabalho

Autora: Verônica da Silva Caxias

Orientador: Prof. Ms. Carlos Antônio Belarmino Alves

Banca Examinadora: Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto;

Mestrando Leandro Paiva do Monte Rodrigues.

ABSTRACT

The struggle for land is not recent or happened in a specific place. When the man stopped being nomadic and lived in a single region, he established his territory, passing the mark an area while maintaining a relation of power. Interest in the subject parts from the principle that the Agrarian Geography was particularly linked to the debates surrounding the question of social movements, giving rise thus the curiosity to investigate the widespread problems in this area. The research aims to study the formation and implementation of the settlement in the city of Jardim in Curral de Cima (PB). Analyze the structure of the same land and identify the agricultural activities carried out here in the perspective of highlight their potentials and limitations. The procedures consisted of methodological and empirical literature. The cabinet was held a screening of the material and technical instruments and bibliography on the subject and the proposal to be presented. Specific documents were worked out of the settlement and semi-structured interviews with residents of the settlement Jardim, which has facilitated the organization and systematization of the data. With the research data was possible to study the history of the settlement, which the settlers is the result of a joint effort, a living manifestation, the plural of the resistance movement and its capacity for mobilization, articulation of the settlement in question. We observed any benefits that were brought to the settlement that developed many projects such as agricultural credit, poultry, beekeeping, training and other fomentations to settlers, through the work of community, implementation of telecenters, community vegetable gardens etc. We conclude with the research that there are still major challenges with regard to improving the quality of life of the settlers.

KEY-WORDS: Agrarian Reform Struggle for Land, Settlements.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	– História do assentado e mudança de vida no assentamento.....	33
TABELA 2	– Motivos para morar no assentamento.	34
TABELA 3	– Quem era o proprietário e por que a fazenda foi ocupada.	34
TABELA 4	– Benefícios trazidos pelo assentamento para os trabalhadores.	376
TABELA 5	– Culturas desenvolvidas pelas famílias segundo o Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA, 2011).	38
TABELA 6	– Quantitativo pecuário do Assentamento.	39
TABELA 7	– Trabalhadores e benefícios por projetos institucionais.	39
TABELA 8	– Se houve mobilizações para regularização do assentamento.	40
TABELA 9	– Profissão desempenhada pelo agricultor antes de ser assentado.	41
TABELA 10	– Quantidades de famílias morando no assentamento	42
TABELA 11	– Participação de instituições governamentais no assentamento	42
TABELA 12	– Os assentados e sua opinião sobre a Reforma Agrária	44
TABELA 13	– Existência de equipamentos sociais na comunidade	44
TABELA 14	– Se a EMATER oferece assistência técnica aos assentados do Jardim	45
TABELA 15	– Renda média retirada pelo assentado no Jardim (PB)	46
TABELA 16	– Contribuição do MST para o desenvolvimento dos assentados	47
TABELA 17	– Suficiência do lote para o desenvolvimento das atividades agrícolas no assentamento Jardim/ PB.	48
TABELA 18	– Venda ou abandono de lotes pelos trabalhadores no assentamento Jardim- Curral de Cima/ PB.	48
TABELA 19	– Orientação para os trabalhadores sobre questões ambientais no assentamento Jardim- Curral de Cima/PB.	49
TABELA 20	– O que os assentados esperam do governo atual para a reforma agrária e os assentamentos.	50

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	– Tempo de moradia dos assentados.	35
GRÁFICO 2	– Principal atividade agrícola desenvolvida pelo assentado.	37
GRÁFICO 3	– Destino do lixo produzido no Assentamento Jardim (PB)	50

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	– Localização geográfica da área de estudo	25
FIGURA 2	– Mapa de localização do assentamento Jardim na bacia hidrográfica do Rio Camaratuba.	26
FIGURA 3	– Mapa de uso atual do solo e cobertura vegetal do assentamento Jardim	27
FIGURA 4	– Mapa de solos da área do assentamento Jardim. Fonte. EMBRAPA Solos (2010).	28
FIGURA 5	– Chegada dos assentados na fazenda Jardim	29
FIGURA 6	– Mapa de Organização Espacial do Assentamento	32

FIGURA 7 –	Casa de alvenaria	37
FIGURA 8 –	Plantação de macaxeira no assentamento Jardim no município de Curral de Cima (PB)	38
FIGURA 9 –	Acampados indo à sede da Prefeitura fazer reivindicações	41
FIGURA 10 –	Reunião do INCRA com assentados	43
FIGURA 11 –	Área sede do assentamento	45

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CPT	Comissão Pastoral da terra
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IDEME	Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento Sem terra
PDA	Plano de Desenvolvimento de Assentamento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PB	Paraíba
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Alcool
PT	Partido dos Trabalhadores.
SUPRA	Superintendência de Política Agrária

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA-METODOLÓGICA	15
2.1.	Movimentos sociais no campo	15
2.2.	Reforma Agrária no Brasil	18
2.3.	Reforma Agrária na Paraíba	19
2.4.	Assentamentos e Reforma Agrária	20
2.5.	Estatuto da Terra	23
2.6.	Procedimentos metodológicos	24
3.	CARACTERIZAÇÃO GEOAMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE CURRAL DE CIMA/PB	25
3.1.	Geologia e Geomorfologia	25
3.2.	Recursos Hídricos e Clima	26
3.3.	Vegetação e Solos	27
4.	FORMAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO ASSENTAMENTO JARDIM: UMA REALIDADE NO MUNICÍPIO DE CURRAL DE CIMA/PB	29
5.	RESULTADOS E DISCURSSÃO	32
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
	REFERÊNCIAS	54
	APÊNDICE	57
	ANEXO	60

1. INTRODUÇÃO

O assentamento é o retrato físico da Reforma Agrária. Regulamenta-se através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), após emitir na posse da terra (recebê-la legalmente) transfere-a para trabalhadores rurais sem terra a fim de cultivarem e promoverem seu desenvolvimento econômico.

A questão da luta pela terra não é recente nem aconteceu em um lugar específico. Quando o homem deixou de ser nômade e passou a viver em uma única região ali ele estabeleceu seu território, passando a demarcar a parte que julgava lhe pertencer. Porém, ele escolhia o território de mais fácil locomoção, de terra boa de plantio e, principalmente, próximo aos rios.

Na Idade Média, onde, pode-se dizer que foi o período de origem da questão fundiária e surgimento dos camponeses. A concentração de terras nos grandes feudos em mãos de poucos leva a uma revolta por parte dos mais pobres que não tem onde plantar.

O camponês marcou sua presença na contestação da sociedade feudal européia, na formação e luta da população trabalhadora das novas colônias americanas e nas complexas tramas sócio-políticas em que se envolveu o capitalismo mercante nas sociedades da África e Ásia. (MOURA, 1986 p. 42)

De acordo com Moura (1986), as lutas camponesas no mundo contemporâneo como a da França, Inglaterra e Rússia integram a contestação da ordem feudal. Na Grã-Bretanha pode-se falar numa liquidação do campesinato desde o século XVIII.

Na Rússia os camponeses eram verdadeiros escravos dos latifundiários. Em meio a um atraso econômico, muita fome e pobreza fez explodir, em 1917, uma revolução política na Rússia. A partir de então, a situação dos camponeses começara a mudar, pouco tempo depois os camponeses já controlavam 150 milhões de hectares, enquanto dois milhões e meio de hectares passavam a funcionar como fazendas coletivas, administradas pelo Estado. (CARVALHO, GONÇALVES, 1988, p. 36)

A reforma realizada no Japão aconteceu após o país ser derrotado na Segunda Guerra Mundial e estabeleceu limites para a propriedade individual de terras. Cada fazendeiro só podia possuir até três hectares e as terras desapropriadas foram pagas em dinheiro. Os trabalhadores que receberam terras tinham prazo de 24 anos para pagar, mas todos conseguiram pagar suas dívidas antes.

O México também foi um dos países que fez a reforma agrária. De acordo com Carvalho; Gonçalves (1988). A reforma agrária mexicana permitiu que mais de dois milhões e 700 mil famílias tivessem terras para trabalhar. Esta reforma só não foi mais ampla e profunda

porque os camponeses não tinham experiência política e acabaram sendo envolvidos pelas pessoas ricas e experientes das cidades. Mesmo assim, 34 por cento das terras agrícolas do México foram desapropriadas e entregues aos trabalhadores.

No Brasil, a concentração de terras começa no processo de colonização com o sistema de capitâneas hereditárias. Ao mesmo tempo surgem os primeiros conflitos com o Índio e com o Negro. No nordeste a principal região de exploração destacam-se os principais conflitos. Segundo Andrade (2000) “Começam então as guerras entre colonizadores e índios nas quais os primeiros, quase sempre utilizando armas de fogo e fazendo uma política de divisão e intriga entre as tribos levam a melhor”.

Do Período Colonial passando pelo Regencial ocorre uma série de revoltas e rebeliões dos diversos seguimentos populares por parte das vítimas do poder econômico e político do latifúndio até chegar à formação das Ligas Camponesas.

As Ligas Camponesas ganharam grande importância nas áreas onde havia camponeses a serem expropriados devido à expansão da cultura de cana de açúcar, como nos municípios de Santo Antônio, em Pernambuco, e Mari e Sapé, na Paraíba, ou nas áreas de ocupação onde os posseiros eram expulsos da terra por latifundiários e grileiros- Sertões do Maranhão, Piauí e Bahia. (ANDRADE, 2000 p.27-28).

Na Paraíba as ligas de Sapé, Mari e Mamanguape tiveram grande destaque em nível nacional e muito contribuíram para as lutas por uma Reforma Agrária. Surgiu em meados dos anos 50 e teve como principais líderes João Pedro Teixeira, Nego Fuba e Pedro Fazendeiro.

A principal bandeira de luta das ligas camponesas paraibanas era pelo fim do cambão, uma lei criada pelos patrões que obrigava o camponês e toda sua família a trabalharem gratuitamente de um a três dias por semana. Eram sempre ações de massa. Uma das estratégias utilizadas para juntar os camponeses era a solta de fogos, de sítios em sítios, fazendas em fazendas. Em prazo de uma ou duas horas, uma enorme massa de camponeses ocupava Sapé. (PEREIRA, 2009 p. 102).

A partir de 1985, com a crise do PROALCOOL, a agroindústria canavieira entrou em decadência as usinas entram em falência. Conseqüentemente a área plantada com cana diminui provocando um alto índice de desemprego, êxodo rural e fome no campo. Segundo Pereira (2009) A partir de então, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) antiga Pastoral Rural, que foi criada oficialmente em 1988 juntamente com o MST, passaram a fazer as primeiras ocupações. Assim que surgiu em 1992, enquanto tal estratégia estava sendo gestada, foi de forma espontânea, improvisada, a primeira ocupação de terra na Paraíba realizada pela CPT e MST.

A ocupação da Fazenda Jardim ocorreu em 19 de outubro de 1998 por 210 famílias. Restando apenas 29 famílias, em 17 de setembro de 2004, os ocupantes receberam o processo

de desapropriação, porém, como o dono da fazenda recorreu à justiça, a desapropriação só foi oficializada no dia 14 de maio de 2008. . Há três anos as famílias estão assentadas e já foram beneficiadas com um lote de 14 hectares em média, uma casa bem estruturada com eletrificação e alguns projetos como o fomento, compra de animais sestas básicas e outros.

O assentamento num todo é assistido pelo INCRA que no mês de outubro deste ano elaborou o PDA-Jardim (PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE ASSENTAMENTO), fazendo com que a partir de então os projetos de desenvolvimento do mesmo sejam colocados em prática.

O interesse em investigar o tema em questão parte do princípio de que a Geografia Agrária sempre esteve, particularmente, como uma das disciplinas de maior destaque na minha vida acadêmica, fazendo surgir, desta forma, a curiosidade de investigar a problemática envolvida nesta área. O assentamento em destaque neste trabalho me despertou interesse, pois este se localiza no meu município de origem me inquietando desde a época do acampamento.

A presente pesquisa parte da premissa de que estudos dessa natureza ainda não foram concretizados no município. Como consequência, a análise deste tema constituirá um subsídio para possíveis pesquisas à cerca do assentamento em questão. Além disso, a pesquisa levantará conclusões de suma importância para a Ciência Geográfica contribuindo desta forma com a Geografia local.

A pesquisa tem o objetivo de estudar a formação, implantação e legalização do Assentamento Jardim no município de Curral de Cima (PB). Analisar a estrutura fundiária do mesmo e identificar as atividades agrárias desenvolvidas no local, na perspectiva de destacar as suas potencialidades e limitações.

O marco teórico foi fundamentado principalmente pelos seguintes autores: CARVALHO, GONÇALVES (1988); ANDRADE (2000); OLIVEIRA (2000); MARTINS (2000).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA-METODOLÓGICA

2.1. Movimentos sociais no campo

A atual estrutura política do Brasil é resultado do desastroso processo de colonização ocorrido no século XV. O momento histórico no qual se insere o início da colonização no Brasil, corresponde ao advento do sistema capitalista na sociedade europeia, com a fragmentação do regime feudal, o que levou as metrópoles à procura desenfreada por novas fontes de divisas, a fim de obter vantagens substanciais. A imensidão de terras que formava o território da colônia portuguesa dificulta a ocupação pelos mesmos fazendo-os pensar as capitânicas hereditárias uma forma de administrar tamanha descoberta.

Quando se estuda historicamente a estrutura fundiária do Brasil verifica-se que desde os primórdios do período colonial essa distribuição foi desigual. Primeiro foram as capitânicas hereditárias e seus donatários, depois foram as sesmarias. Estas estão na origem de grande parte dos latifúndios do país. São frutos da herança colonial quando a terra era doada pela Coroa aos membros da corte. (OLIVEIRA, 2000 p.481-482).

A ocupação sobre as terras brasileiras, os portugueses começaram com a extração do Pau Brasil, e logo após, com o plantio da cana-de-açúcar. Para efetivar essa conquista o conquistador, homem branco, transforma o indígena em sua propriedade. Para isso, ele usou de grande violência para o aprisionamento do mesmo. Vários conflitos entre o explorador e o nativo se sucederam em várias áreas do Nordeste brasileiro durante o período colonial. Afirma Andrade (2000), que tribos inteiras migraram para áreas mais distantes, menos acessíveis para se livrarem da terrível dominação.

Os índios, por sua vez, sofreram as primeiras formas de violência, tanto física como psicológica, durante o processo de colonização do Brasil e nessa procura por novos territórios na terra recém ocupada e principalmente pelas possíveis riquezas encontradas, cerca de cinco milhões de indígenas sofreram com a ação dos colonizadores, ou seja, foram dizimados. Foram adentrando pelos interiores do país, devido exploração do sistema capitalista no território brasileiro. A maioria da população indígena se refugiou onde hoje é a Amazônia, o que não significa que os mesmos estão livres da exploração capitalista iniciada no século XVI.

Outro personagem dessa história de violência, que sofreu barbáries, foi o escravo negro. A luta contra a escravidão cresceu tanto que desta contradição do capitalismo surgiram os quilombos, terra da liberdade, do trabalho coletivo, contrário às regras do jogo do

capitalismo colonial e que por isso, era alvo de destruição da elite. E assim, os camponeses foram vítimas de ataques e destruição a quem ia contra a lei do capitalismo e a favor do trabalho comunitário, contra a ordem vigente e a favor da liberdade. O negro começou a ser violentamente inserido no Brasil em 1532, com a edificação dos primeiros engenhos de açúcar em São Vicente, capitania administrada por Martin Afonso de Sousa. A partir de 1570, o tráfico se intensificou com a entrada de grande número de africanos no Brasil, os mesmos foram encaminhados para as capitanias de Pernambuco e Bahia de Todos os Santos.

Os negros trazidos a força em condições desumanas arrancados de suas famílias e sua terra natal também reagiram à escravidão. “As lutas dos escravos negros contra a escravidão tiveram como consequência a formação dos quilombos, muitas vezes destruídos pelos bandeirantes, esses jagunços dos senhores de escravos” (OLIVEIRA, 2000, p 523-524).

A violência foi uma das características marcantes da escravidão brasileira, constituindo-se no elemento responsável, em grande medida, pelo controle social da população negra, A reação do explorado ao explorador configura a história do Brasil em momentos diferentes, porém de forma parecida. A luta de Canudos, o Contestado entre outras lutas, além de inúmeros movimentos grevistas de colonos nas fazendas paulistas de café, são exemplos desse traço histórico das lutas no campo brasileiro.

A luta dos sertanejos no sertão da Bahia, em Canudos (1893- 1897), não tinha como objetivo a restauração da monarquia, mas a luta contra a implantação da Lei de Terras, que transformou as devolutas em monopólio do estado, controlado pela classe dos fazendeiros, impedindo, assim que os camponeses ocupassem aquelas terras devolutas. (PEREIRA, 2009 p.98-99).

Informações recentes sobre as ações dos movimentos camponeses estão cada vez mais visíveis na mídia em nosso país. A importância e a forma de como ocorrem, faz com que a mídia abra espaço para o debate dos movimentos sociais, o que de certa forma acaba motivando uma reflexão na sociedade. O social é conceituado como sendo uma ação coletiva na perspectiva de caminhar para um processo de mudança. Essa conjuntura pode alcançar mudanças a nível coletivo ou individual, tanto de forma estrutural bem como conjuntural, dependendo do grau e de sua força de organização. A própria nomenclatura, movimento, por si, já carrega um significado de “Estar em movimento”, assim como os movimentos sociais, com suas constantes mobilizações.

Os movimentos sociais florescem da necessidade de mudança podendo ou não ser conquistada, dependendo das relações estabelecidas das forças e, sobretudo dos tipos de

organizações, grupos envolvidos na causa. Segundo Touraine (1981): “o movimento social é reconhecido por tratar de questões do passado e tentando solucionar temáticas do presente com reflexo no futuro”.

No Brasil, uma das características dos movimentos sociais, principalmente no campo, é a violência. Sendo assim, um fator que descaracteriza o “social” e dá discredibilidade a causa. De certa forma, essa violência sempre esteve presente nos movimentos sociais rurais. Porém de forma insofismável, matando muitos, os quais servem de estímulo aos demais, que continuam lutando pela causa. Todos os integrantes de movimentos sociais estão sujeitos a sofrer qualquer tipo de violência, seja psicológica ou física. Mas a história do Brasil revela fatos que deixaram todos perplexos pela tamanha brutalidade que se sucederam.

A classe trabalhadora no campo, no Brasil, organiza-se em torno da luta pela posse da terra com fins de uso social, a qual nos permite dizer que os movimentos sociais envolvidos na luta pela Reforma Agrária representam o que há de mais moderno hoje no Brasil, apesar de algumas ações em que as estratégias de luta são questionáveis pela sociedade (OLIVEIRA, 2003 p. 242).

A partir de 1995 com o surgimento de um grande número de novas frentes de luta pela terra, além do Movimento Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e os seringueiros, a pressão no campo aumentou, e a temática Reforma Agrária, a qual não estava em evidência, tornou-se alvo de debates e discussões, conquistando espaço nas mídias, sendo até tema de novelas.

Os trabalhadores sem-terra nos movimentos são o pressuposto de uma organização social, que atenda às suas necessidades materiais, sendo uma forma de coletivamente, resolverem questões pertinentes aos membros do movimento. A exclusão social é consequência do desemprego estrutural e a inclusão precária, o que fazem com que muitos trabalhadores sejam submetidos à segregação espacial, tanto no campo, como na periferia dos centros urbanos, fazendo mobilizações que ampliam as fileiras dos movimentos sociais no campo dia após dia.

Sendo assim, podemos enumerar como sendo as primeiras causas que conduzem os trabalhadores de encontro aos movimentos sociais são: as contradições do capitalismo que se expressam na expropriação, na exploração e na subordinação do trabalho. Neste caso, estamos nos referindo ao trabalhador sem-terra, que tem seu trabalho precarizado pelos processos de expropriação e exploração.

O trabalho guiado pelo capitalismo é tido como uma mercadoria precarizada. Assim, o trabalho passar a ser considerado como uma mercadoria. Esta relação homem-trabalho, a

dimensão transformadora do trabalho em relação à natureza e ao próprio homem, foi apreendida por Karl Marx (1986) apud Oliveira et. al (2011, p. 3) que afirmou ser:

O trabalho, em primeiro lugar, um processo em que ambos, o homem e a natureza, participam, e no qual o homem, de sua livre vontade, inicia, regula e controla as relações materiais entre si próprio e a natureza [...] logo, ao atuar no mundo externo e ao modificá-lo ele muda, ao mesmo tempo, a sua própria natureza. Desenvolve as suas forças adormecidas e compele-as a agir em obediência ao seu poder.

Segundo Welch, (2001) “O trabalho é utilizado como valor-de-troca, necessário entender as contradições do modelo econômico superando a idéia do capitalismo como condição natural da humanidade”.

Na atualidade, os trabalhadores sem-terra são os agentes sociais que inserem no território de poder do latifúndio, fazendo constantes mobilizações e dinâmica territorial, como as ocupações, os acampamentos e os assentamentos rurais que caracterizam e deram origem nas suas lutas. Esta dinâmica nos mostra como as atividades mobilizadoras, tida também como ativistas, se expressam contra as práticas espaciais da sociedade movida pelo sistema capitalista. Onde o capitalismo globalizado trouxe enormes benefícios para as elites, à classe média. Mas abandonou na beira da estrada do progresso multidões de deserdados e sem destino, mergulhados em formas perversas de sobrevivência. (MARTINS, 2000, p.16)

Desta forma, os trabalhadores sem-terra se organizam em um projeto de superação do latifúndio, objetivando a Reforma Agrária. Isso requer uma identificação dos diferentes grupos sociais organizados e confrontar as diferentes formas de mobilização social.

2.2. A Reforma Agrária no Brasil

No Brasil, a necessidade de reforma agrária tem sua origem ainda durante o período colonial, onde grandes lotes de terras, as Capitâneas Hereditárias, foram doados a um número pequeno de pessoas, concentrando assim nas mãos de poucos, grandes extensões territoriais.

Assim, podemos definir Reforma Agrária como sendo um sistema onde ocorre uma divisão de terra, ou seja, propriedades particulares são adquiridas pelo governo e redistribuídas em lotes às famílias que necessitam de terra para plantar. No Brasil, da colonização até o século XIX, não houveram movimentos sociais que reivindicassem, por uma divisão de terra, como ocorreu na Europa, com a democratização ao acesso a propriedade da terra. Apenas no século XX, movimentos como a Guerra de Canudos, emergem neste sentido de reivindicar um “pedaço” de terra para plantar. Durante o período de 1889 a 1930 (a República Velha ou Primeira República) também não houve avanços na questão agrária, ou

seja, a terra continuou concentrada em mãos de poucos, o que deixava os trabalhadores rurais presos exploratórios, por parte dos proprietários rurais. E foi neste período que os imigrantes europeus na maioria, começam a chegar ao Brasil, para trabalharem na agricultura cafeeira.

As reformas de base, realizadas durante as décadas dos anos 1950 e 1960, a questão de uma reforma agrária chamou a atenção, sendo criada em 1962, a Superintendência de Política Agrária (SUPRA), sendo a mesma encarregada executar a reforma agrária.

Em 1964, foi então criado pelo governo militar, após o golpe, o Estatuto da Terra, tendo como impulso, a insatisfação dos trabalhadores rurais, o governo receoso de uma revolução camponesa, a exemplo das ocorridas em Cuba e outros países da América Latina. Por isso a criação do Estatuto da Terra. Porém, isso não significou a realização da tão esperada Reforma Agrária.

2.3. Reforma Agrária na Paraíba

A questão agrária paraibana insere-se, no processo de colonização e ocupação do Nordeste. Isto reflete na organização do espaço agrário, que repousa sobre três pilares principais: a alta concentração da terra, a exploração da monocultura canavieira e a pecuária extensiva. A exploração das terras na Paraíba espacializa-se de forma que, a Zona da Mata se torna responsável pelo desenvolvimento da cultura canavieira, principalmente nas áreas de várzea por apresentarem condições favoráveis para esse tipo de atividade.

Segundo Moreira; Targino (1997) o Agreste paraibano, desde o início da colonização, e o Sertão, em meados do século XVIII, fica responsável pela cotonicultura, desempenhando um papel importante na economia do estado e no processo de expansão populacional além da pecuária extensiva e da policultura, constituindo a divisão regional do trabalho no estado.

Na Paraíba devido ao movimento de luta dos camponeses esse quadro tem uma análise diferente. Segundo estudos realizados por Ieno Neto; Bamat (1998) nos últimos anos o número de assentamentos para fins de reforma agrária tem aumentado em um ritmo acelerado, contribuindo para transformação da paisagem de algumas regiões onde predominava a monocultura canavieira bem como a pecuária extensiva.

Estas atividades vem cedendo o lugar para as agriculturas camponesas, produzindo consequentemente transformações políticas, econômicas, culturais e sociais nessas regiões, o que historicamente é muito importante, pois, dignifica o trabalhador rural e mostra a possibilidade real da conquista da terra através da luta organizada, construindo assim, novas territorialidades.

2.4. Assentamentos e Reforma Agrária

Durante muito tempo, acreditou-se que o meio urbano fosse o único capaz de engendrar o surgimento de movimentos sociais com possibilidades reais de influir na trajetória social de seus atores. A luta pela terra, representante maior dos movimentos sociais no meio rural, embora fosse conhecida desde a década de 1950 era tida como frágil e suas conquistas tidas como pequenas davam margem ao entendimento de que ainda havia uma certa inexistência de características mais contundentes que a chancelassem como um movimento social mais concreto no campo nacional. A temática da reforma agrária no Brasil tem sido uma constante desde os anos 1950 e 1960, em que aparecia como solução para as questões nacionais.

O golpe militar de 64, ao contrário do que se poderia esperar, institucionalizou a questão por meio da promulgação, em novembro de 1964, do Estatuto da Terra. Letra morta para a resolução dos problemas agrários do país, o Estatuto da Terra respaldou um longo processo de colonização, em especial na região Norte e Centro-Oeste, por meio da implantação de assentamentos de colonos do Sudoeste e do Sul.

Os movimentos sociais rurais, em efervescência no Pré-64, foram duramente reprimidos, e a opção do governo militar, além da colonização, se volta à modernização da agricultura por meio de incremento ao uso de insumos químicos e mecânicos, deixando sem alteração a concentrada estrutura fundiária.

Os resultados perversos desta modernização podem ser constatados pela formação de uma classe de assalariados rurais com baixíssimo poder de compra, pelo desemprego, especialmente o emprego sazonal, pela precariedade das condições de trabalho e pela exclusão social, o que levou mais de 28 milhões de pessoas a deixarem o campo em direção às cidades, entre 1960 e 1980. Esta precarização das condições de vida e de trabalho de milhões de pessoas resultou no fortalecimento da organização política dos trabalhadores.

A Reforma Agrária não sai do papel. Enquanto isso, cresce a concentração fundiária, falta assistência nos assentamentos os conflitos no campo aumentam, bem como, a desigualdade e a impunidade dos latifundiários e do agronegócio. O Massacre de Eldorado de Carajás é um exemplo da situação agrária no país. Depois de 12 anos da chacina que assassinou 19 trabalhadores rurais, no município de Eldorado de Carajás, no Pará, no dia 17 de abril de 1996, pouco mudou para os sem-terra.

O Brasil está atrasado no processo de democratização da terra e na organização da produção para garantir a sustentabilidade dos pequenos e médios agricultores. Não pode-se

admitir a perpetuação do latifúndio, símbolo da injustiça no campo, tanto improdutivo como produtivo.

Com diferentes matizes e com apoios e contra-apoios, a questão da reforma agrária volta a ocupar a agenda política do país. A partir de meados dos anos 80 registra-se, de forma lenta e irregular, a implementação de assentamentos rurais em todos os Estados da Federação. Como afirma Norder, 1997 são projetos criados muito mais para resolver situações de conflitos localizados do que situações de pobreza e exclusão social, ou mesmo para resgatar o potencial produtivo da agricultura familiar.

As denúncias contra os massacres de trabalhadores rurais, aliadas à realização do III Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1995, que decide pelo incremento das ocupações, faz emergir com muita ênfase o debate sobre a Reforma Agrária no seio da sociedade brasileira.

Os assentamentos rurais são resultado da reforma agrária, onde terras improdutivas ou com outra irregularidade podem ser desapropriadas e destinadas para instalação de assentamentos, terras devolutas também podem ser utilizadas para o mesmo fim. É importante destacar que os proprietários não perdem a terra; eles recebem o valor de sua propriedade e das construções realizadas.

As áreas desapropriadas são destinadas às famílias que tem interesse em trabalhar no campo. Elas não ganham a terra; mas, tem um plano especial de financiamentos e crédito, e um prazo para pagar. As propriedades em assentamentos não podem ser vendidas. As famílias assentadas podem ou não estar ligadas a um movimento de luta pela terra.

Não podemos considerar assentamentos rurais como sinônimos de reforma agrária. A realização de assentamentos, tal qual vem sendo feita no Brasil, não proporciona alteração na estrutura fundiária em nível mais amplo; localmente os resultados são interessantes, pois o latifúndio se torna terra produtiva e famílias, antes sem terra, podem desenvolver suas atividades em busca de uma melhor qualidade de vida. Todavia, isso não impede que outros latifúndios surjam, e nem extingue a concentração de posse da terra no Brasil. A reforma agrária visa a transformação da estrutura fundiária, eliminando a concentração de posse e o latifúndio, fortalecendo a agricultura familiar, e proporcionando qualidade de vida no campo. Em um país com dimensões continentais como o Brasil, não faz sentido que falte terra para quem nela quer trabalhar. (MARTINS, 2000)

Apesar de não contemplar o processo de reforma agrária em sua integridade, os assentamentos rurais têm sido a mais significativa ação em prol da reforma; em virtude disso, procuramos valorizá-los e estudá-los buscando melhores resultados.

Existem basicamente dois tipos de assentamentos: os coletivos e individuais. Nos coletivos a área de produção é comum, ou seja, os integrantes do assentamento utilizam a área de produção de modo coletivo; há uma área destinada à construção das casas, uma para cada família. Já nos assentamentos individuais cada família recebe um lote para morar e produzir; os tamanhos dos lotes correspondem geralmente a um módulo rural. Assentamentos rurais têm se mostrado como estratégia interessante para desenvolvimento local/regional; geram empregos, movimentam a economia local, atraem investimentos de infraestrutura.

Da instalação do assentamento à sua implantação, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) prevê 18 meses de duração. Neste período, os assentados recebem créditos referentes à alimentação, fomento agropecuário e habitação. São altos os índices de evasão dos assentamentos. O assentado vende ou arrenda o lote, mas, continua lá como “caseiro” para enganar a fiscalização.

O Brasil precisa de um novo modelo agrícola, que dê prioridade à agricultura familiar voltada para o mercado interno, aos pobres do país. Com isso vamos garantir a nossa soberania alimentar e produzir comida para os 80 milhões de brasileiros que não têm acesso suficiente aos alimentos. A Reforma Agrária e o fortalecimento da agricultura familiar é uma premissa fundamental para a construção de um país com justiça social e soberania popular.

Embora os assentamentos rurais tenham se destacado como objeto de pesquisa acadêmica a partir dos anos de 1990, do século XX, alguns aspectos de sua constituição e funcionamento têm sido relegados a um plano secundário, mesmo não faltando “provocações”, vindas de esferas, extra-acadêmicas, para que certos debates sejam incorporados. A dimensão ambiental nos assentamentos incorpora algumas pressões externas e internas, tais como a cobrança apressada por produtividade e viabilidade econômica, tendo por referência critérios estranhos à realidade desses novos arranjos sociais, fundiários e produtivos. Tais cobranças de caráter produtivista, vindas da sociedade como um todo e, em larga medida, dos próprios assentados, está na raiz dos conflitos ambientais associados ao desmatamento e à ocupação irregular de áreas de preservação permanente ao longo dos cursos d’água, secularmente utilizadas pela agricultura camponesa por ser a de maior fertilidade natural.

Outros conflitos decorrem da Legislação Ambiental que condiciona a criação e operacionalização dos assentamentos ao cumprimento de normas que não são de conhecimento claro, apenas dos assentados e de seus mediadores, mas também do próprio poder público encarregado tanto de criar e dar condições de operação aos projetos, quanto de

fiscalizar o fiel cumprimento de uma legislação que subordina o direito a terra à obrigação da preservação ambiental.

A legislação ambiental vigente decorre em outros conflitos associados à mitigação do enorme passivo ambiental construído pelo latifúndio e herdado pelos assentados. Finalmente, questões associadas à diáspora da terra fazem com que muitos dos trabalhadores, hoje vivendo em assentamentos rurais, tenham trajetórias de vida de caráter essencialmente urbano, mesmo nos casos dos trabalhadores rurais que, trabalhando no campo, viviam na periferia das cidades.

A reforma agrária no Brasil há tempo vem sendo executada, acumulando resultados tímidos e incapazes de modificar sua estrutura fundiária, caracterizada por uma injusta concentração de terras. Dados de do IBGE, 2007- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - mostram que no país 2,2% dos estabelecimentos correspondentes as unidades com 500 ha ou mais ocupam 56,5% da área total das terras no Brasil.

O Brasil dispõe da maior área cultivável do planeta, a terra é boa, possuem topografia e climas favoráveis, água abundante e grande número de agricultores capacitados. Porém, a concentração fundiária impede o acesso na terra aos pequenos produtores, inúmeros fatores contribuem para que o homem do campo migre para as áreas urbanas, por exemplo, a falta de assistência técnica e uma linha de crédito destinado aos assentados, porém, mais importante que uma linha de crédito, é a assistência por parte do governo, para que os assentados continuem produzindo nos assentamentos rurais. É muito difícil para os órgãos do governo manterem medidas sanitárias e realizarem uma fiscalização eficiente nessas milhares de pequenas operações nos assentamentos de reforma agrária. Com isso, muitos assentados negociam seus lotes, e retorne a situação de sem terra, ou pior, saem do campo para a cidade grande, fazendo crescer o déficit habitacional e passar a viver em condições desumanas.

2.5. O Estatuto da Terra

O Estatuto da Terra tem como objetivo a realização da Reforma Agrária e o desenvolvimento da agricultura no país. Divido em IV capítulos, o mesmo traça metas para a realização de uma reforma agrária e como desenvolver a agricultura.

O Estatuto da Terra e pericialmente atual a conjuntura social, política e econômica. Verificamos que desde sua laboração, 1964, até a atualidade, vemos que a primeira meta, realizar a Reforma Agrária, pouco ou quase nada, se considerado a dimensão da necessidade. Já a segunda meta, desenvolvimento da agricultura, esta sim, foi realizada, porém, vinculada

ao sistema capitalista, dando ao grande proprietário rural (latifundiário) privilégios em relação ao pequeno proprietário.

2.6. Procedimentos metodológicos

A metodologia adotada para o desenvolvimento do trabalho constou em pesquisa bibliográfica e de campo. No gabinete realizou-se a triagem do material e instrumentos técnicos e bibliográficos sobre o tema e a proposta a ser apresentada. Após esta fase foram trabalhados os documentos específicos do assentamento como o PDA (Projeto de Desenvolvimento de Assentamento, 2011), e o cotidiano dos que residem na área do Jardim, através de uma entrevista semiestruturada com vinte perguntas a fim de se cumpra os objetivos desta pesquisa.

O material e instrumental técnico consistiu no uso de: Atlas Escolar da Paraíba/coordenadora Janete Lins Rodrigues – João Pessoa, Mapa do município área urbana e rural; Planta do assentamento Jardim, Equipamentos de informática (computador, scanner, impressora e aplicativos), Máquina fotográfica e gravadora.

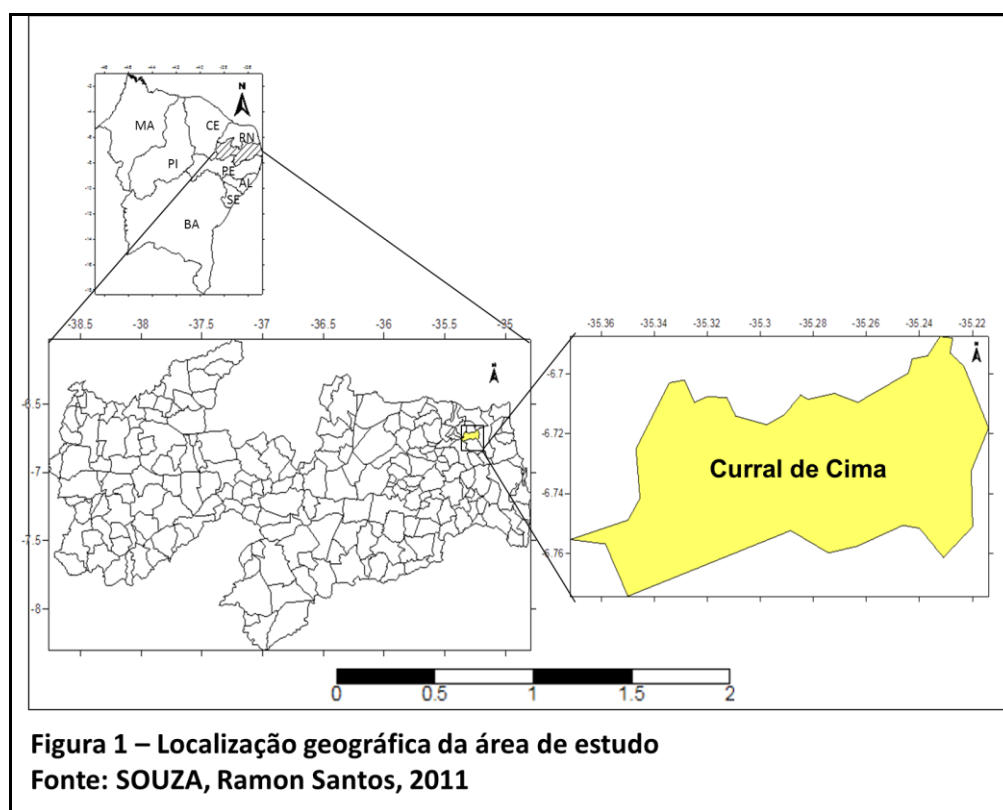
Na etapa de gabinete foram feitos os seguintes procedimentos: fichamento do material bibliográfico; elaboração das entrevistas, análise dos mapas, elaboração de tabelas, figuras e gráficos, tabulação dos dados obtidos por meio das entrevistas e digitação

Na etapa de campo realizou-se: deslocamento até o assentamento Jardim, a 10 km da cidade de Curral de Cima (PB), reconhecimento da área, aplicação de um questionário com 20 perguntas semiestruturadas com 34 das 42 famílias assentadas.

De acordo com Albuquerque; Lucena; cunha (2010) as entrevistas semiestruturadas tratam-se de perguntas parcialmente formuladas pelo pesquisador antes de ir ao campo, apresentando flexibilidade, pois permitem aprofundar elementos que podem surgir durante a entrevista, pois, o pesquisador pode anunciar de antemão, os temas e dispor de um guia para a entrevista.

3. CARACTERIZAÇÃO GEOAMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE CURRAL DE CIMA (PB)

Segundo dados do Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA, 2011) o assentamento Jardim, localiza-se no município de Curral de Cima, inserido na Microrregião do Litoral Norte, fazendo parte da Mesorregião da Zona da Mata Norte Paraibana. Possui uma área de 85,096 km²; distância de 70 km da capital João Pessoa/PB; 33 km de Mamanguape/PB e 53 km de Guarabira/PB. Curral de Cima Limita-se, ao Norte, com os municípios de Pedro Régis e Jacaraú, ao Sul com o município de Itapororoca, a leste com o município de Mamanguape e a oeste com o município de Araçagi. Sua altitude está em aproximadamente 75 m.(Fig. 1)



3.1. Geologia e Geomorfologia

Segundo Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM, 2005), Curral de Cima, está predominantemente inserido na unidade Geoambiental dos Tabuleiros Costeiros, unidade que acompanha o litoral de todo o nordeste, apresenta altitude média de 50 a 100 metros. Compreende platôs de origem sedimentar, que apresentam grau de entalhamento

variável, ora com vales estreitos e encostas abruptas, ora abertos com encostas suaves e fundos com amplas várzeas.

3.2. Recursos Hídricos e Clima

O município encontra-se inserido nos domínios da bacia hidrográfica do Rio Camaratuba. Todos os cursos d'água têm regime de escoamento perenizado e o padrão de drenagem é o dendrítico. Seus principais tributários são os rios Camaratuba, Seco e do Forno, além dos riachos do Coqueiro, do Bode, da Jussara, Itapororoca, da Nascimento, da Anta, Laranjeira e do Cambado (Fig. 2).

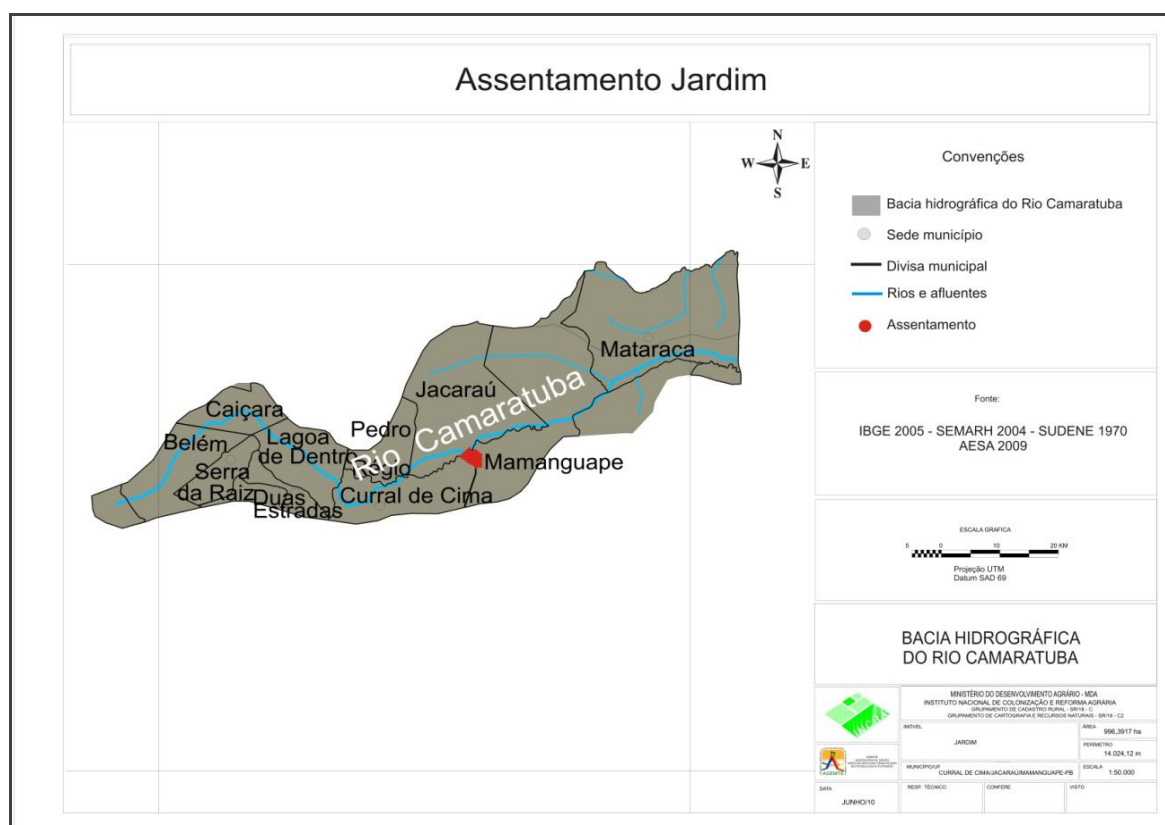


Figura 2 - Mapa de localização do assentamento Jardim na bacia hidrográfica do Rio Camaratuba.
Fonte: Adaptado de IBGE 2005, SEMARH 2004, SUDENE 1970, AESA, 2009.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA, 2011) segundo a classificação de Köppen, o clima da microrregião do litoral norte é do tipo As' quente e úmido, com chuvas de outono a inverno, com temperatura mínima de 22°C e máxima de 28°C. A estação chuvosa vai de março a setembro, sendo junho/julho os meses mais chuvosos. A média pluviométrica anual da microrregião está em torno de 1400 a 1700 mm. A temperatura média anual da microrregião é superior a 22°C, atingindo uma média de 25°C.

3.3. Vegetação e Solos

A vegetação característica do município de Curral de Cima segundo dados do Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA, 2011) é de mata Litorânea e floresta Atlântica, predominantemente arbórea. Por estar localizada no Litoral, nessa vegetação, encontram-se árvores altas, copas largas, troncos com grandes diâmetros, folhas perenes, muitos cipós, orquídeas e bromélias.

Os solos dessa Unidade Geoambiental são representados pelos Latossolos e Podzólicos nos topos de chapadas e topos residuais; pelos Podzólicos com Fregipan, Podzólicos Plínticos e Podzóis nas pequenas depressões nos tabuleiros; pelos Podzólicos Concrecionários em áreas dissecadas e encostas e Gleissolos e Solos Aluviais nas áreas de várzeas (Fig. 3).

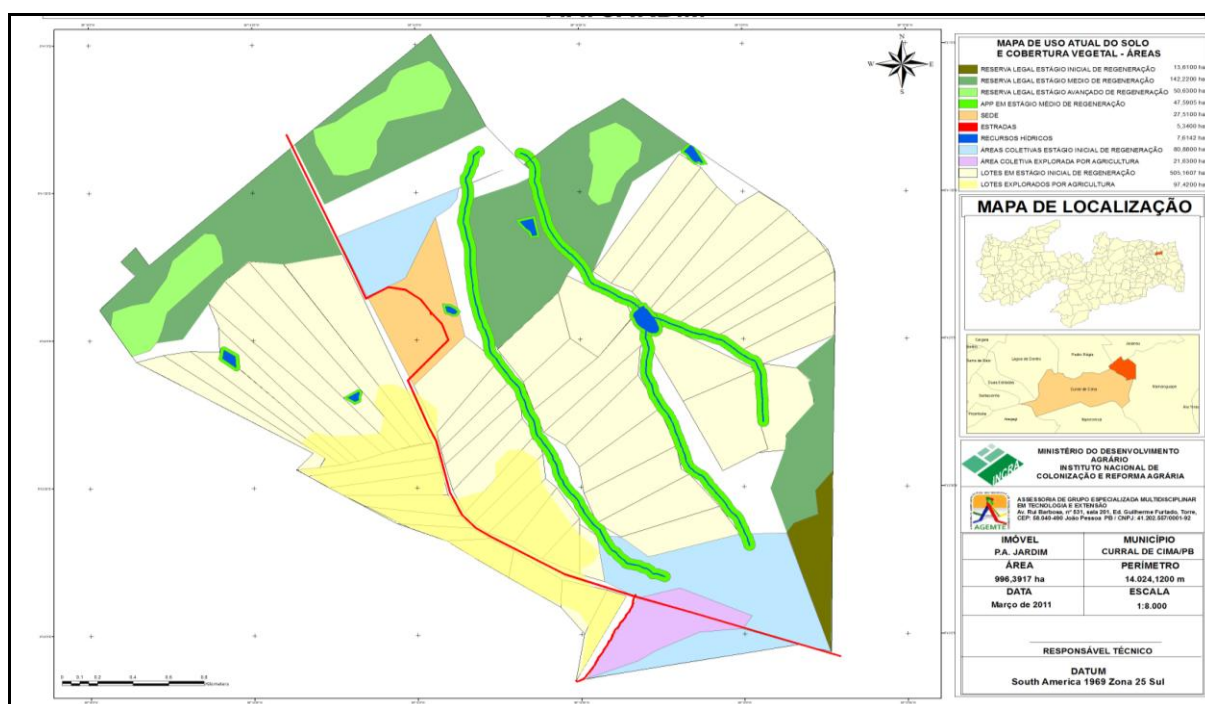


Figura 3 - Mapa de uso atual do solo e cobertura vegetal do assentamento Jardim.

Fonte: Relatório Técnico sobre Diagnóstico de Uso Atual do Projeto de Assentamento Jardim, 2011.

A partir do Mapa de Uso Atual do Solo e Cobertura Vegetal, nota-se que o Projeto de Assentamento Jardim apresenta uma cobertura vegetal ocupada por culturas de subsistência, pasto para animais, e, moradias para os assentados, assim como também é possível encontrar áreas em estágio de regeneração inicial, nos lotes e nas áreas coletivas.

Toda a área destinada a Reserva Legal encontra-se preservada, com diferentes estágios de regeneração. Classificando-a podemos encontrar Reserva Legal em estágio inicial de regeneração (13, 6100 ha), estágio médio (142, 2200 ha), e, avançado (50 6300 ha).

Como o Plano de Desenvolvimento de Assentamento – Jardim (PDA - Jardim, 2011) a área do assentamento está localizada no polígono de solo Argissolos Vermelho Amarelo Distrófico e Neossolos Quartzarênicos órtico típico. As observações mostram solos com algumas limitações: 1 - Pequenos problemas para o manejo dos solos em relação à fertilidade, 2 - Declividade em algumas áreas afetando a mecanização. Portanto passível de utilizar e programar uma exploração com poucas limitações apresentando condições para um aproveitamento agrícola racional (Fig. 4).

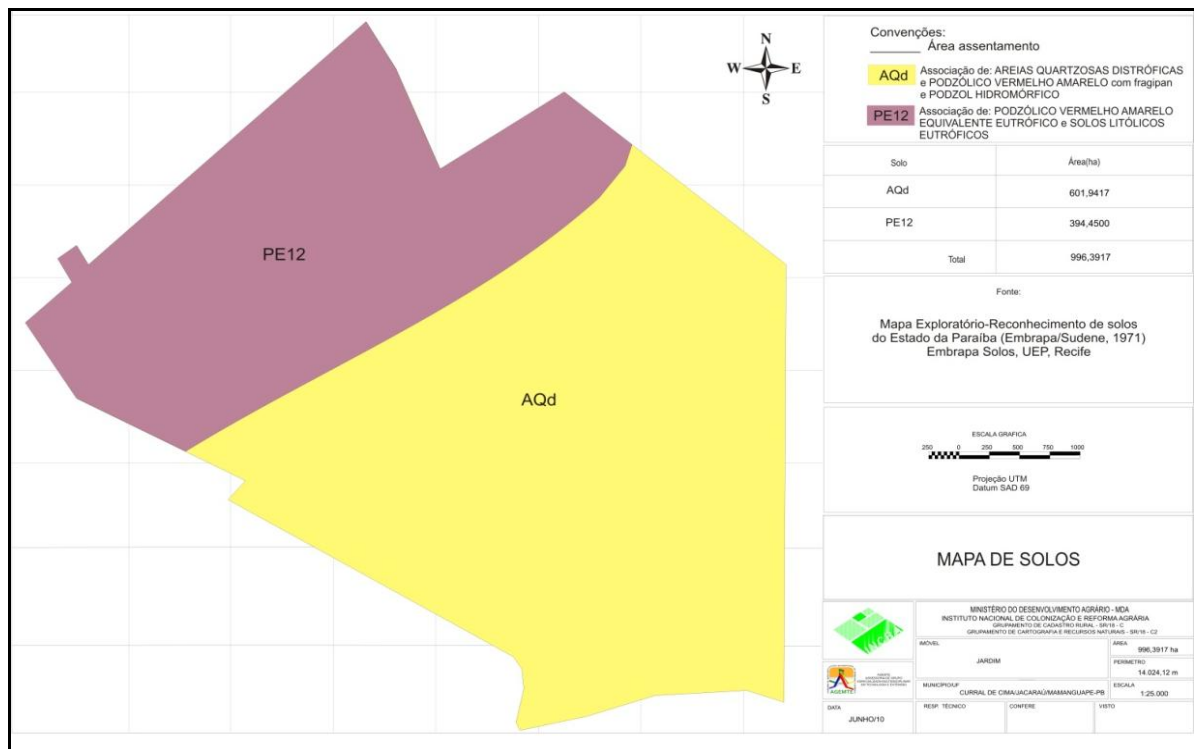


Figura 4 - Mapa de solos da área do assentamento Jardim. Fonte. EMBRAPA Solos (2010).

Fonte: Relatório Técnico sobre Diagnóstico de Uso Atual do Projeto de Assentamento Jardim, 2011.

4. FORMAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO ASSENTAMENTO JARDIM NO MUNICÍPIO DE CURRAL DE CIMA (PB)

O Assentamento Jardim se localiza as margens direita e esquerda da PB-071 no município de Curral de Cima - PB, pertencente à microrregião do Litoral Norte, onde a via principal de acesso para se chegar ao imóvel é a BR-101, na altura do km 30, sentido João Pessoa – Natal/RN. O Acesso ao imóvel é feito inicialmente pelas BR's 230 e 101 até o trevo de acesso a cidade de Jacaraú; deste entra-se a esquerda, tomando-se a PB-071, que liga a BR-101 a cidade de Jacaraú, adentrando-se neste sentido cerca de 10 km, chega-se a sede do imóvel. A história do assentamento Jardim, Curral de Cima-PB é riquíssima em detalhes que somente esse povo guerreiro pode contar. Povo esse, que lutou bravamente durante uma década para conquistar um pedaço de terra para dela retirar seu sustentáculo familiar.

Foi neste sentido, que os trabalhadores ocuparam a fazenda Jardim no município de curral de Cima/PB. A aproximadamente 75 km, da capital João Pessoa. No dia 19 de Outubro de 1998, às 04h e 30min, da manhã, cerca de 210 famílias vindas das cidades de: Caaporã/PB, Alhandra/PB, Pitimbú/PB, Serrinha/PE e Tejucupapo/PE armaram suas barracas de lona de plástico preto, em busca de um objetivo, que era a conquista da terra (Fig.5).



Figura 5 - Chegada dos assentados na fazenda Jardim.
Fonte: Márcio Gomes da Silva, 2008.

Em 1998, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) reuniu-se com trabalhadores na cidade de Alhandra/ PB orientando-os e colocando o desejo de ocupar uma área improdutivo para que a mesma pudesse cumprir sua função social, como destaca o artigo II da constituição Federal: “A função social é cumprida quando a propriedade rural atende simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecida em lei, aos seguintes requisitos - Utilização adequada dos recursos naturais disponíveis preservação do meio ambiente”.

Logo, 11 dias depois, o proprietário da fazenda já referida, e cunhado do ex-governador da Paraíba, José Targino Maranhão, mas governante naquele momento, João Furtado como era conhecido, entrou com pedido de reintegração de posse, onde os trabalhadores tiveram três horas para desocuparem a propriedade. O Deputado Estadual Frei Anastácio do PT/PB (Partido dos Trabalhadores) interviu pelos trabalhadores, que saíram da propriedade no prazo de seis horas.

Um posseiro de nome Pedro Avelino, mais conhecido como seu Pedro, acolheu as famílias, que agora eram 180. Uma pequena propriedade de aproximadamente 30 hectares de terra a aproximadamente 1 km, da fazenda em questão, passaram cerca de oito meses sem ao menos poderem colocar os pés na fazenda Jardim.

Durante esse tempo os trabalhadores sobreviveram das mais diversas formas que encontram. No início a CPT levava alimentos para as famílias e leite para as crianças. Por outro lado os trabalhadores ficaram encurralados sem terem onde trabalhar e alimentarem suas famílias. Sem conseguirem alimentos, nem poderem trabalhar na terra, pois capangas e policiais guardavam ou vigiavam a fazenda noite e dia, daí por diante a vida, que antes era difícil agora ficou em piores condições, forçando assim a que muitas famílias desistissem da luta pela terra.

Em dezembro de 1998, só havia 150 famílias. Diante desta trágica realidade, uma das alternativas foi pedir alimentos nas cidades e assim varias pessoas passaram a ir com frequência as cidades mais próximas como: Mamanguape, Jacaraú, Curral de Cima, Itapororoca e até Nova Cruz no Rio Grande do Norte entre outras; outra saída era fazer pedágio, juntavam-se mulheres, homens, jovens e crianças. Iam a uma rodovia estadual ou a uma BR, em um ato tanto constrangedor quanto perigoso, principalmente porque esticavam uma corda de um lado ao outro do asfalto e as crianças ficavam de frente juntamente com as mulheres, enquanto os homens seguravam a corda, pediam alimentos, roupas e dinheiro para comprar medicamentos.

Os trabalhadores se organizaram em grupos como comissão de campo, responsável pelo o encaminhamento das propostas discutidas nas reuniões; comissão de alimentação

responsável pela partilha dos alimentos; comissão de animação encarregada dos momentos de celebrações da comunidade etc. Dessa forma, era possível incluir as pessoas nas atividades da comunidade, deixando a livre escolha e às vezes era escolhido pela maioria para assumir uma atividade designada pelos trabalhadores.

Em junho de 1999, os trabalhadores mesmo sendo ameaçados pelos capangas e policiais decidiram voltar à propriedade na tentativa de plantarem suas lavouras para poder alimentarem suas famílias. Começaram ir trabalhar na terra da fazenda à noite e voltar de madrugada, sem que os capangas e policiais os vissem, e foi assim que, plantaram feijão, milho, batata doce e macaxeira. Mas, antes que colhessem os frutos, os capangas e também os policiais destruíram toda a plantação.

Nesse momento, só restavam 80 famílias, que persistiam em busca de um pedaço de terra para plantar e de uma melhor qualidade de vida. Em Julho de 1999 faleceu uma companheira do assentamento por consequência também da fome, ela foi sepultada no cemitério de Curral de Cima, na volta policiais esperavam os sem terra para darem voz de prisão a dois acampados.

Esta atitude revoltou a todos, pois já havia perdido uma companheira e não aceitavam a idéia de perder mais dois companheiros e num ato de desespero muitos pais e mães de famílias partiram em direção dos policiais, ameaçaram tocar fogo na viatura se caso eles insistissem em levar qualquer um dos companheiros, só após alguns minutos os policiais saíram, mas sem levar nenhuma nova vítima.

Estes fatos aqui relatados são os mais significativos ouvidos na memória da fase do acampamento, mas que registram aspectos de luta, de perdas humanas, mas de muitos sonhos concretizados, já que hoje na fase do assentamento, cerca de 42 famílias conseguiram a posse definitiva da terra e já contam com lotes de terras definidos para plantarem e colherem, associação de moradores, escolas, entre outras estruturas necessárias para esta sobrevivência.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com dados do Projeto De Desenvolvimento do Assentamento (PDA, 2011) o assentamento Jardim está dividido em 42 lotes individuais com uma área total de 602, 5807 hectares, média de 14 hectares para cada família; áreas coletiva de 102, 5100 hectares onde se localiza as benfeitorias como a escola, casa sede e galpões; a Reserva Legal, que possui uma área total de 206,4600 hectares destinado a atender a Lei 4.771/65 (Código Florestal), que destina 20 % da área de propriedades rurais a Reserva Legal; a;s Áreas de Preservação Permanentes apresentam um quantitativo de 47,5905 hectares; os Corpos Hídricos ocupam área de 7,6142 hectares, distribuídos por toda a área centro oeste do Assentamento e também as Estradas Internas que correspondem a 5,3400 hectares e são responsáveis pelo transporte de pessoas e veículos (Fig. 6).

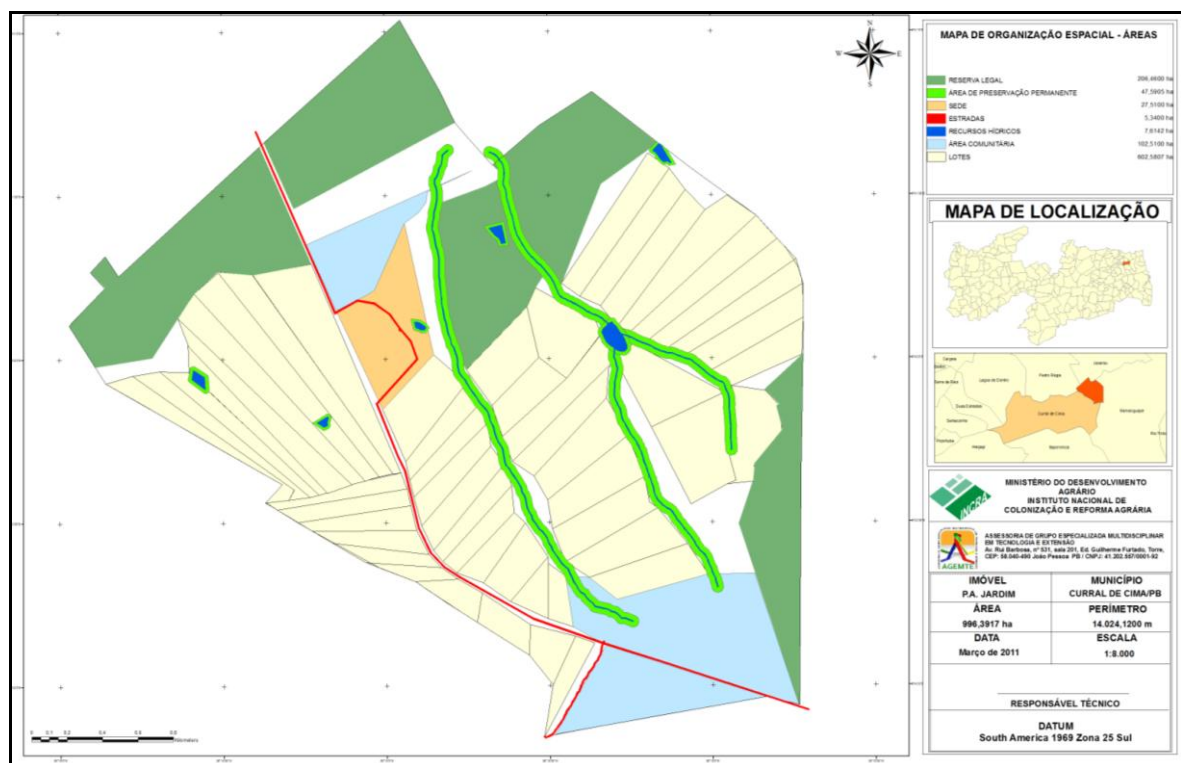


Figura 6 - Mapa de Organização Espacial do Assentamento.

Fonte: Relatório Técnico sobre Diagnóstico de Uso Atual do Projeto de Assentamento Jardim.

Através da pesquisa e coleta de dados em campo, tornou-se possível conhecer a história de vida do trabalhador no assentamento, destacando as principais mudanças ocorridas após a regularização e implantação do mesmo.

Tabela 01 – História do assentado e mudança de vida no assentamento.

Mudança de vida	Frequência	Porcentagem (%)
Lutamos, estamos bem e temos casa e terra para trabalhar	11	32,35
Cheguei depois e o que mudou na minha vida foi ter terra para plantar	9	26,47
Vimos para o Jardim de outros acampamentos (Pintibul, Alhandra, Espírito Santo e Caaporã).	4	11,76
A ocupação foi em 19 de outubro de 1998 foram dois despejos com corte de lavoura numa área de 60 hectares.	4	11,76
Fui morador desta fazenda. Na época do acampamento saí, mas logo voltei de novo.	2	5,9
Já fiz parte da diretoria. A história é que a luta é eterna. Temos que continuar lutando, a responsabilidade é grande. As pessoas faltam com companheirismo e entendimento nas tarefas.	2	5,9
A CPT fez tres reunioes conosco e nos orientou sobre as terras da fazenda Jardim, vimos estamos satisfeitos e temos nosso lote para trabalhar.	2	5,9
Total	34	100

Fonte: Dados de pesquisa de campo, 2011.

Sobre o histórico e a mudança de vida no assentamento 32,35% dos informantes mencionaram que com luta conquistaram casa e terra para plantar, 26,47%, afirmaram que chegaram depois e que suas vidas mudaram, pois tem terra para plantar, 11,76% falaram que não participaram da ocupação do assentamento Jardim e que vieram de outros acampamentos: Pitimbú, Alhandra, Espírito Santo e Caaporã.

Os moradores sentiram-se à vontade em comentar sobre sua história e relataram com bastante orgulho do resultado da luta em prol do assentamento. Segundo o agricultor do lote 21, residente a oito anos no local, destaca os conflitos vivenciados “muita luta, morava em casa de lona. Teve muito conflito, muito policial. Não tinha assistência do governo, passava necessidade. Agora depois de assentado mudou muito, já conquistamos a casa”.

De acordo com Caldart (2001), o MST também registra em sua história a luta dos assentados em acampamento, onde as conquistas e lutas coletivas na qual varias pessoas perderam a vida nos faz crescer as vitorias da reforma agrária.

Tabela 02 - Motivos para morar no assentamento.

Motivação/assentamento	Frequência	Porcentagem (%)
Precisava de casa e terra para trabalhar	20	58,82
O que motivou foi o companheirismo e a luta através das pessoas	5	14,70
Já morava na fazenda Jardim	2	5,8
Tinha morado no passado e voltou quando foi ocupada	2	5,8
Tinha terra, mas era pouca.	2	5,8
Não souberam responder	2	5,8
Para poder criar animais	1	2,9
Total	34	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Nesta tabela os resultados demonstram os motivos de residir no assentamento, onde 58,82% foram motivados pela necessidade de habitação e terra para produzir, 14,70%, afirmam que foi o companheirismo e respectivamente 5,8% porque já morava na fazenda, voltou à fazenda para morar quando foi ocupada e tinha pouca terra para trabalhar.

Segundo Fabrine (2011), os motivos que levaram os agricultores a se motivarem a morar em assentamento são de acordo com o MST, cooperação social e trabalho entre assentados, valorização das lutas, mantidas através do trabalho coletivo, preservação do meio ambiente, formação, qualificação técnica para os assentados e familiares, estímulo a cooperação e as formas associativas de organização de produção.

Tabela 03 – Quem era o proprietário e por que a fazenda foi ocupada.

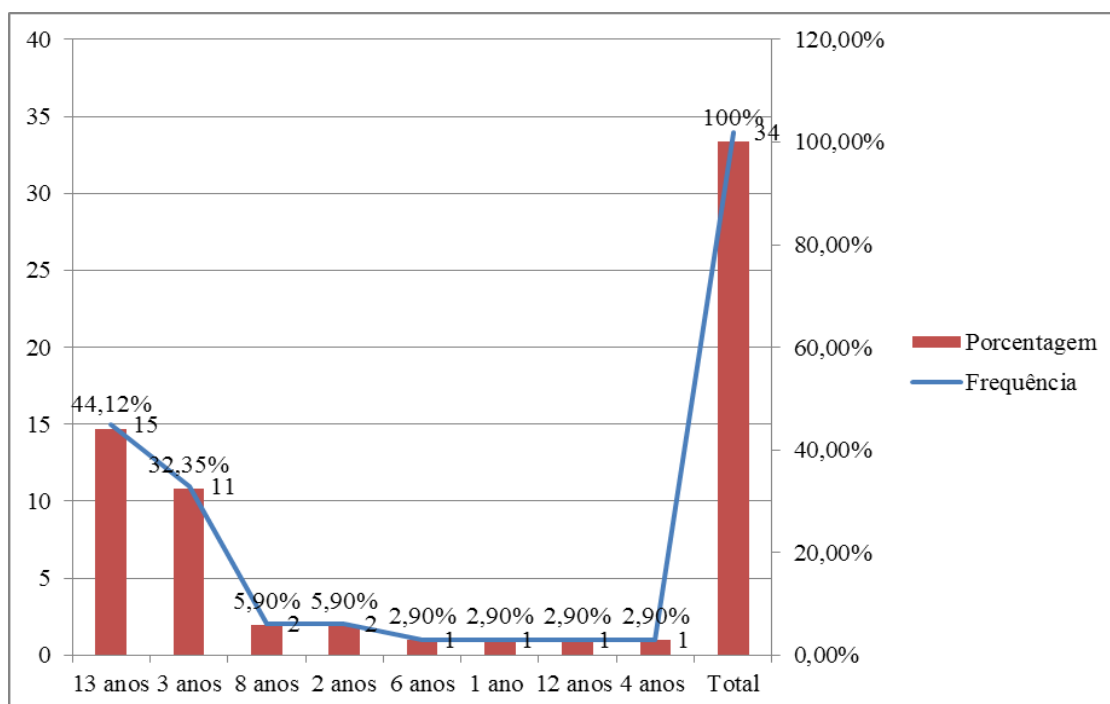
Proprietário/motivo	Frequência	Porcentagem (%)
O proprietário era João Furtado e foi desapropriada porque a terra era improdutiva e as famílias necessitavam de terra para trabalhar	22	64,70
Os antigos donos foram Sr. Adalberto, João Ramos, Miguel Leonel e por último João Furtado..	7	20,58
Não conheciam os donos nem quem ocupava a terra, mas sabe que era improdutiva	5	14,70
Total	34	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Na tabela- 3 quando perguntado aos entrevistados sobre quem os proprietários e porque a fazenda foi ocupada, 64,70% responderam que João Furtado foi no ultimo dono e que a mesma foi ocupada porque a terra estava improdutivo e as famílias necessitavam de terra para trabalhar, 14,70% disseram não conhecer os antigos donos e nem quem ocupava a terra antes do assentamento, e ainda, 20,58% afirmaram que os antigos donos foram Sr. Adalberto, João Ramos, Miguel Leonel e por último João Furtado.

De acordo com Silveira & Scheider (1991), o acampamento é por excelência o lugar de organização e aglutinação de um grupo “sem terra”, e se estabelecem em áreas menos litigiosas, negociáveis INCRA (2005), áreas vizinhas e assentamentos. A ocupação corresponde ao movimento de enfrentamento com proprietário de terra, não é um ramo ligado à vida, com os poderes constituídos, ocupando a terra, o proprietário reivindica seu direito á propriedade através do instrumento jurídico a sua reintegração de posse. O que na realidade é para a ocupação e acampamento nas terras do assentamento Jardim em Curral de Cima/PB.

Gráfico 1 - Tempo de moradia dos assentados.



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Algumas famílias residiam na área do mesmo antes da propriedade passar a ser um assentamento do INCRA, porém, a maioria só chegou ao local no dia 19 de outubro de 1998, data da ocupação. A pesquisa dispõe que segundo o investigado, somam 44,12% que datam 13 anos de história, 10 anos de ocupação e três de assentamento. Mas, muitos desistiram ao

longo destes 10 anos, vindo mais famílias de outros acampamentos num total de 32,35%, cerca de três anos dos que hoje residem ali. Outros 5,9% estão assentados a oito anos, participaram também do acampamento e ainda outros 5,9% estão a dois anos assentados

Segundo Norder (1997), a questão agrária volta a ocupar a agenda política do país. A partir dos meados dos anos 80 registrou-se de forma lenta e irregular, a implementação de assentamentos rurais em todos os estados da Federação, onde os projetos criados muito mais para resolver situações de conflitos localizados que situações de pobreza e exclusão social, ou mesmo registrar o potencial produtivo da agricultura familiar. No caso do Assentamento Jardim o processo se deu de forma lenta.

Tabela 04 – Benefícios trazidos pelo assentamento para os trabalhadores.

Benefícios	Frequência	Porcentagem (%)
O lote, a casa, o fomento, compra de animais, ferramentas.	26	76,47
Liberdade, dignidade, realização de um sonho.	6	17,64
Cursos, formações e palestras.	2	5,88
Total	34	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Dialogando com as famílias pode-se observar que as mesmas argumentam usufruir de alguns benefícios dos quais antes não tinham acesso. Questionados sobre os principais benefícios trazidos pela implantação do assentamento 76,47% dos entrevistados alegam que o lote, a casa e o fomento são os principais benefícios adquiridos. Outros 17,64% responderam que foi a liberdade, dignidade e a realização de um sonho os principais benefícios e outros 5,88% destacam os cursos formações e palestra como principais benefícios.

Existem 42 lotes no assentamento, todos com 01 casa construída dentro dos padrões, determinados pelo INCRA, com 52 m² de área e em alvenaria. Quanto à energia elétrica, atende a demanda da comunidade, com bom padrão de qualidade, porém algumas áreas ainda não possuem abastecimento de água, mas já existem projetos da Prefeitura Municipal para o mesmo. (Fig. 7)

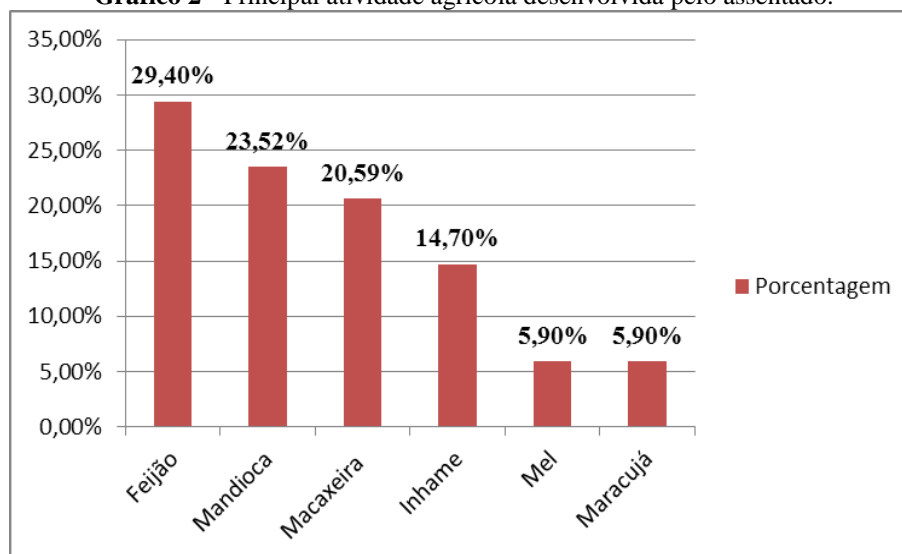


Figura 7 - Casa de alvenaria.
Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Afirma Pereira; Melo & Alves (2010), que os benefícios trazidos por assentamentos são variados visto os projetos elaborados através dos diversos como: casas cisternas, empréstimos, créditos, projetos de avicultura, apicultura, mecanização agrícola, além de estratégias para captação de recursos.

No assentamento Jardim são desenvolvidas várias atividades. A agricultura é a principal atividade, no entanto, outras são bastante praticadas como a pecuária, artesanato, trabalho em mutirão, formação de grupo, avicultura, caprinocultura, ovinocultura, agricultura de subsistência e familiar, vacinação, horta comunitária e apicultura.

Gráfico 2 - Principal atividade agrícola desenvolvida pelo assentado.



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Quando perguntado qual a principal atividade que cada um desenvolve 29,4 % afirmaram o feijão, observando que a maioria vive da agricultura de subsistência, não esquecendo que eles praticam outras atividades também, 23,52 % plantam mais mandioca e 20,59 %, outros 20,59% macaxeira. O inhame, o mel e o maracujá também são plantados em grande quantidade.



Figura 8 - Plantação de macaxeira no assentamento Jardim no município de Curral de Cima (PB)
Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Segundo o Projeto de Desenvolvimento do Assentamento (PDA, 2011) o assentamento segue uma tendência da produção da região, apesar dessa produção não está em um bom patamar, comparado com a média da região em estudo, principalmente devido à falta de investimentos, que no caso do Assentamento deve ser feito através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – **PRONAF**. O quadro a seguir mostra um resumo da diversificação da produção agrícola no Assentamento.

Tabela 05 - Culturas desenvolvidas pelas famílias segundo o Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA, 2011).

Culturas	Área (HA)	Produção (KG)
Feijão	35,6	21.300,00
Maracujá	3,30	1.260,00
Mandioca	41,00	65.800,00
Milho	12,8	4.130,00
Inhame	9,00	15.000,00
Banana	3,0	3.000,00
Total	102,00	110.490,00

Fonte: Diagnóstico Realizado no Assentamento Jardim.

Já a produção animal sofre com a necessidade de investimento, onde o rebanho existente foi adquirido com recursos próprios. A pecuária baseia-se na bovinocultura, porém com grande expressividade em animais de pequeno porte, como aves, como mostra o quadro abaixo.

A quantidade de animais produzidas no PA não é maior, devido à falta de recursos para estruturação das benfeitorias, como: cercas, cocheiras, capineiras, entre outros, necessários para desenvolver o potencial pecuário.

Tabela 06 - Quantitativo pecuário do Assentamento.

Discriminação	Quantidade
Bovinos	24
Caprinos e ovinos	07
Aves	504
Equinos e muaras	07

Fonte: Diagnóstico Realizado no Assentamento Jardim

Quando se analisa a pecuária de pequenos animais, verifica-se que a sua produção é muito baixa; isso é reflexo de falta de investimento, mas, também da falta de hábito dos assentados em investirem na atividade pecuária de pequeno porte, pois, ainda persiste a herança da cultura da criação de gado bovino.

Segundo a revista Reforma Agrária por quê? (2008) com a produção, os preços poderão baixar para todo mundo os trabalhadores da lida também serão beneficiados porque a inflamação diminuirá e a comida aumentava em sua mesa, os trabalhadores rurais vão ter renda para melhorar as condições de saúde educação e habitação.

Tabela 07 – Trabalhadores e benefícios por projetos institucionais.

Trabalhadores/projetos	Frequência	Porcentagem (%)
Sim, foram beneficiados com habitação, projeto agricultura familiar, bolsa família, distribuição de equipamento agrícolas, projeto Jovem Agricultor (EMATER), mecanização agrícola, carro pipa, projeto Fubá e Leite, artesanato e Ecoturismo.	32	94,2
Não beneficiado	2	5,8
Total	34	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Os dados evidenciam que 94,2 % dos sujeitos afirmam já terem sido beneficiados por algum tempo de projeto institucional e quando perguntados sobre os tipos de projetos eles mencionaram as habitações, projeto agricultura familiar, bolsa família, distribuição de equipamentos agrícolas, projeto jovem agricultor (EMATER) mecanização agrícola, distribuição de água com o carro pipa, programa fubá e leite, artesanato, apenas 5,8 % dos entrevistados alegaram que nunca terem se beneficiado em qualquer tipo de projeto.

De acordo com o INCRA (2011) [...] As ações de inclusão produtiva rural será a assistência individualizada para acompanhar os agricultores e haverá uma equipe de técnicos para cada família resta ainda do plano de fomento pagos em parcelas semestrais, ao longo de dois anos, para apoiar o aumento da produção e comercialização de alimentos, insumos (sementes, adubos e fertilizantes), outro plano que poderá chegar aos assentados da reforma agrária seria o bolsa verde, com transferência de renda, projeto agroextrativista, e Brasil sem miséria. Baseados em ações governamentais é o que o assentamento Jardim espera do INCRA e governo paraibano.

Tabela 08 – Se houve mobilizações para regularização do assentamento.

Mobilização/assentamento	Frequência	Porcentagem (%)
Não participou da luta com a CPT	16	47,06
Resistencia através da CPT e INCRA	12	35,29
A CPT fez reunião com trabalhadores a fim de ocupar um imóvel para cumprir a produção	4	11,76
Um grupo muito pequeno foi a luta	2	5,88
Total	34	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Quando os sujeitos foram perguntados como se realizou a mobilização e luta para que o INCRA aprovasse a regularização do assentamento, 47,06 % responderam não terem participado da luta com a CPT, 35,29%, disseram ter participado ocupando praças, a sede do INCRA, interditando BRs, a sede da prefeitura municipal de Curral de Cima sempre junto a CPT, 11,76 % mencionaram que fizeram reuniões com os trabalhadores que solicitaram a CPT e para a ocupação de um imóvel para cumprir a produção e 5,88 através de um grupo muito pequeno que foi a luta.

As famílias relatam que houve vários conflitos durante o tempo que ficaram acampados “alguns companheiros chegaram até levar bala”, afirmou um morador.(Fig. 9).



Figura 9 - Acampados indo à sede da Prefeitura fazer reivindicações
Fonte: Marcio gomes.

Segundo Moreira (1997) p. 113, “ em 19 de Abril de 1988, os agricultores de barra de Gramame ocuparam a delegacia do Mirad para protestar contra a morosidade com que venha sendo encaminhado o processo desapropriatório”.

Na dinâmica que os assentamentos atuais hoje assumem é comum encontrar assentados que desempenharam em outros momentos funções diferentes da de agricultura eram agricultores.

Tabela 09 - Profissão desempenhada pelo agricultor antes de ser assentado.

Profissão	Frequência	Porcentagem (%)
Agricultor	12	35,29
Trabalhador alugado de fazenda desempenhando várias funções	9	26,47
Trabalha na indústria/ comércio.	5	14,7
Morava em acampamento e trabalhava na agricultura	4	11,76
Estudante	2	5,88
Cortava cana-de-açúcar	2	5,88
Total	34	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

No assentamento Jardim quando questionados sobre a profissão que desempenhavam antes de vir para o assentamento, 35,29 % disseram ser agricultor como mostra a tabela com dos entrevistados. 26,47 % era trabalhador alugado de fazenda desempenhando várias

funções. Outros 14,7 % disseram que trabalhavam na indústria ou comércio. E ainda 11,76 % afirmavam que moravam em outros acampamentos e também agricultores. Respectivamente 5,88 % disseram ser estudante e outros 5,88 % trabalhavam no corte de cana -de- açúcar.

Segundo, Pereira; Souza (2009), a composição populacional dos assentamentos é heterogênea, constituída de assalariados rurais, antigos moradores e assalariados de engenhos e usinas, filhos de trabalhadores que exerciam diversos trabalhos não agrícolas, formais ou informais, posseiros, parceiros, arrendatários e aposentados.

Tabela 10 – Quantidades de famílias morando no assentamento

Famílias	Frequência	Porcentagem (%)
Existem 42 famílias residindo no assentamento	34	100
Total	34	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Segundo todos os entrevistados nessa pesquisa, existem 42 famílias assentadas.

Dados do censo da reforma agrária no Brasil apuraram um total de 161.556 famílias beneficiárias em 1.460 projetos de assentamentos distribuídos por 26 estados da Federação. Os Estados do Maranhão e do Pará são os que apresentaram maior contingente de famílias assentadas. Este fato vem confirmar uma territorialização da reforma agrária (Bergamasco & Norder, 1996 e Fernandes, 1996), reeditada dos processos de colonização do regime militar, reforçada pelas respostas do Estado aos conflitos, que têm maior incidência nas áreas de fronteira.

Tabela 11 – Participação de instituições governamentais no assentamento.

Instituição/participação	Frequência	Porcentagem (%)
CPT e INCRA participam através de reuniões, assistência e fiscalização.	18	52,94
Nenhuma instituição participa	16	47,05
Total	34	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Quando os entrevistados perguntados sobre a participação de instituições governamentais no assentamento 52,94% afirmaram que o INCRA e a CPT atuam através de

reuniões assistencia e fiscalização. Mas 47,04 % disseram que nenhuma instituição participa da vida do assentamento.

Segundo www.planalto.gov.br , no que se refere à reforma agrária trata-se de uma luta contra o modelo agrícola concentrador de riqueza, contra as desigualdades sociais e pela superação da pobreza, o apoio e o fortalecimento dos pequenos produtores rurais podem ser políticas tão relevantes quanto a reforma agrária que democratiza a posse da terra. Sem reverter o êxodo rural provocado pelo desamparo dos pequenos agricultores, a política de assentamento dos sem terra poderá se tornar inócua, pois não conseguirá concorrer com o processo de desassentamento, que significa, na prática, uma reforma agrária ao contrário. Garantir a sobrevivência da pequena agricultura, modernizar, profissionalizar, tornar eficientes e produtivos os agricultores familiares significa melhorar a vida de quase 20 milhões de pessoas. Além disso, haverá um efeito multiplicador de renda nas pequenas cidades do interior, com reflexos positivos sobre a geração de empregos locais e regionais. (Figura 10)



Figura 10- Reunião do INCRA com assentados.
Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Tabela 12 – Os assentados e sua opinião sobre a Reforma Agrária

Opinião sobre a reforma agrária	Frequência	Porcentagem (%)
Trabalhar na agricultura para produzir a terra	14	41,17
Reforma agrária só existe com sangue, quando pessoas se juntam para conquistar um pedaço de chão	9	26,47
Não entendem nada	7	20,58
Mudança de vida no campo	2	5,9
Que o governo agilizasse os processos da terra improdutivo para ajudar os pequenos	2	5,9
Total	34	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Quando perguntado aos sujeitos o que se entende por reforma agrária 41,17 % dos trabalhadores entrevistados afirmam que a reforma agrária é trabalhar na agricultura para produzir a terra. 26,47 % disseram que só existe reforma agrária com sangue, quando as pessoas se juntam para conquistar um pedaço de chão. E ainda 20,58, responderam dizendo que nada entenderam do assunto.

Carvalho; Gonçalves (1988) dizem que a reforma agrária é tomar as terras que estão nas mãos de alguns improdutivos e dá-las a quem passam a torná-las produtivas.

Tabela 13 – Existência de equipamentos sociais na comunidade

Equipamentos sociais	Frequência	Porcentagem (%)
Escolinha, Galpão, ônibus para transporte de alunos, hortas comunitárias, áreas de pastagem, casas usadas como depósitos e outros.	34	100
Total	34	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Os entrevistados foram questionados sobre a existência de equipamentos sociais na comunidade, a pergunta objetivou diagnosticar se tais trabalhadores têm acesso ao serviço simples e elementar dentro do próprio assentamento, sobre o assunto todos os entrevistados afirmaram a existência de uma escolinha, o galpão, ônibus para transporte de alunos, hortas comunitárias, área de pastagem, casas usadas como depósitos e outros. (Fig. 10)

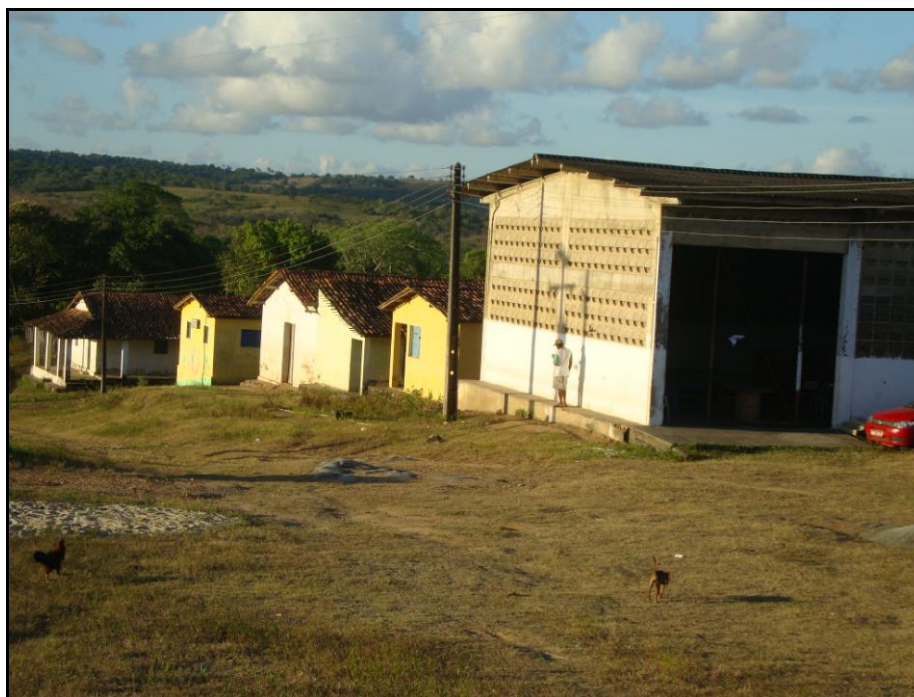


Fig:11- Área sede do assentamento

Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Na figura 11, podemos observar da direita para a esquerda o galpão, onde ocorre as reuniões da associação de moradores, duas casas usadas como depósitos, uma escolinha da educação infantil multiseriado e mais outra casa também usada como depósito.

Menciona Alves et al. (2004) que o processo de reforma agrária e a criação de assentamentos rurais está interligada a sua gestão a relação de infra-estrutura física, ele apoio equipamentos sociais básicos vinculados a área da saúde , educação planejamento e moradia. Afirma Iamanotto (2004) que precisamos assegurar nossa contemporaneidade, esta significa que devemos está atento à realidade a conjuntura quês esta parte, enfrentando, criando alternativas, mediações para garantir efetivamente a materialização dos direitos sociais, não é tarefa fácil, porém não podemos perder de vista que existem outras possibilidades de sociabilidade, onde não seja preciso mitigar direitos, mas efetivar direitos já institucionalizados nos parâmetros legais da constituição federal como carta maior.

Tabela 14 – Se a EMATER oferece assistência técnica aos assentados do Jardim.

Assistência/EMATER	Frequência	Porcentagem (%)
Não há assistência técnica	24	70,58
Há assistência técnica	6	17,65
Não soube informar	4	11,76
Total	34	100

Fonte: Dados de pesquisa de campo, 2011.

Perguntou-se aos entrevistados sobre o papel que a EMATER exerce no local, ou seja, se existe algum tipo de assistência técnica de que forma essa assistência é oferecida ou se tal órgão restringe sua atuação na área. De acordo com a tabela 14- 70,58 % dos entrevistados afirmaram que a EMATER não oferece assistência técnica, 17,65% assumiram que já se beneficiaram da mesma com sementes e apenas 11,76 % não sabia se existe tal órgão.

De acordo com Rosa et. al (2007) as intervenções da extensão rural nas unidades produtivas que melhoram a eficiência dos sistemas, agregam valor aos produtos e ampliam canais de comercialização podem representar alternativas de curto prazo mais eficazes a estes agricultores.

As características econômicas relacionadas à renda bruta da produção mostram uma variação elevada entre as unidades produtivas, adaptando para possibilidades de obtenção de rendas mais elevadas e suficientes quando os sistemas produtivos estão mais bem organizados.

As rendas provenientes de fora da unidade produtiva representam uma importante diversificação de renda e contribuem para a sobrevivência dos agricultores.

Na entrevista aos trabalhadores, quando questionados sobre a renda mensal retida das atividades no assentamento, a maioria alega sobreviver da agricultura de subsistência e da criação de animais ficando difícil para a eles mensurar valores, pois maior parte da renda depende das condições do tempo meteorológico em que se encontra, a maioria falou que no tempo chuvoso tira bons proveitos da safra, porém, quando se depara com a estação seca o valor retirado é mínimo e os assentados sobrevivem com o que produzem anteriormente.

Tabela.15- Renda média retirada pelo assentado no Jardim (PB)

Renda média	Frequencia	Porcentagem (%)
Até 1 salário mínimo	23	67,64
De 1 a 2 salário mínimo	6	17,64%
Não declarou	5	14,70%
Total	34	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

De acordo com a pesquisa 67,64 % dos entrevistados declararam que possuem até um salário mínimo, 17,64 % disseram que renda de suas famílias é de um a dois salários mínimos. 14,70 % declararam não possuir nenhuma renda. Quase todas as famílias entrevistadas assumiram constituírem suas rendas com valores dos benefícios de programas do governo como o Bolsa Família.

De acordo com o portal (www.vbml.adv.br) os primeiros resultados da pesquisa IBOPE nos assentamentos rurais consolidados da reforma agrária, encomendada pelo Instituto CNA, mostraram que: 48% dos assentados não produzem o suficiente para sobreviver; - 75% não têm acesso aos programas de crédito do governo; - 46% compraram suas terras ilegalmente de terceiros Para 37% das famílias que vivem em assentamentos da reforma agrária brasileira, a renda mensal é de, no máximo, um salário mínimo. “Ou seja, em 40% dos assentamentos pesquisados a renda individual é de um quarto de salário mínimo, uma situação de extrema pobreza”, disse a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, ao apresentar a íntegra da pesquisa sobre assentamentos rurais consolidados realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE). A pesquisa foi realizada a pedido do Instituto CNA.

O assentamento Jardim (PB) foi organizado desde as palestras para a ocupação, passando pelas mobilizações para conseguir a legalidade do mesmo até os dias atuais com palestras e incentivos dados pela CPT (Comissão Pastoral da Terra). Para que se saiba as contribuições dos movimentos sociais perguntou-se aos assentados sobre as contribuições do MST (Movimento Sem Terra) para o desenvolvimento dos assentados.

Tabela 16 – Contribuição do MST para o desenvolvimento dos assentados

MST/contribuição	Frequência	Porcentagem (%)
Contribuiu nas mobilizações, orientações e incentivos na ocupação sempre através da CPT	18	52,94
Não souberam informar	14	41,18
Contribuiu sim	2	5,9
Total	34	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Observamos que 52,94 % dos entrevistados afirmam que o MST contribuiu nas mobilizações, orientações e incentivos na ocupação sempre através da CPT. Os 41,18 % não souberam responder. Todos afirmaram que o apoio veio da CPT desde a organização das famílias com palestras, orientando, passando pela ocupação até a implantação do assentamento, e que até os dias atuais ainda recebem orientações e 5,9% afirmam que contribuem.

Segundo Carvalho (2005), o processo de luta pela terra sempre esteve presente na história do Brasil através de vários movimentos, que se constituíram ao longo da história. O MST é fruto desse processo de resistência do campesinato brasileiro e desde a sua origem

utilizou as ocupações com forma de luta, sua formação está diretamente relacionada com a ocupação da terra, já que o mesmo nasceu desta. Assim, o MST, ao realizar sua luta pela terra desenvolveu várias dimensões de resistência, dentre elas as ocupações, como forma de ampliar suas conquistas.

Tabela 17 – Suficiência do lote para o desenvolvimento das atividades agrícolas no assentamento Jardim/ PB.

Suficiência do lote	Frequência	Porcentagem (%)
Sim, é suficiente pois são média de 14 hectares por família assentada	34	100
Total	34	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Quando perguntados sobre o lote se é suficiente para desenvolver as atividades agrícolas todos os 34 entrevistados afirmaram que o sim, pois é um media de 14 há para cada família e, ainda tem as áreas comunitárias.

Pereira; Souza (2009) diz que a evasão há muito representa um enorme problema para a política agrária brasileira. Estima-se que 40 a 50 mil famílias abandonam suas glebas por ano devido à falta de infraestrutura necessária para desenvolver uma atividade agropecuária capaz de fazê-los ascender social e economicamente. Os lotes dos assentados não são aproveitados em sua totalidade, por falta de crédito agrícola e pela não utilização de técnicas modernas na produção, tornando estes pequenos produtores rurais menos competitivos no mercado em relação à agricultura patronal.

Tabela 18 – Venda ou abandono de lotes pelos trabalhadores no assentamento Jardim- Curral de Cima/ PB.

Opinião dos assentados	Frequência	Porcentagem (%)
Nenhum lote será vendido, pois o INCRA proíbe.	26	76,47
Em assentamento não pode ter venda de lote	3	8,8
Houve troca entre os assentados e desistência, porem o INCRA repassou o lote para outra família.	3	8,8
Não souberam responder	2	5,9
Total	34	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Questionados sobre a pretensão de venda do lote ou acontecido, 76,47% responderam que não, pois o INCRA proíbe a venda do mesmo 8,8% afirmaram que ouve

desistência e troca entre os assentados, mas o INCRA trouxe outras famílias para ocupar o mesmo.

Cruz; & Santos (2011) afirmam que o lote do assentamento foi o meio para se tornarem patrões de si mesmos, já que nunca tiveram a oportunidade de ter uma propriedade no campo ou algum empreendimento que lhes conferisse o título de patrão. Para outros, as suas experiências de vida, no espaço urbano, os conduziram à possibilidade do uso relacionado ao lazer e ao descanso, pois era desse modo que se relacionavam com o meio rural. Na concepção de outras famílias, o desejo de possuir terra relacionava-se à possibilidade de adquirir autonomia quanto ao cultivo agrícola, prosperidade e estabilidade para a sobrevivência familiar.

Tabela 19 – Orientação para os trabalhadores sobre questões ambientais no assentamento Jardim- Curral de Cima/PB.

Orientação	Frequência	Porcentagem (%)
Sim, através do INCRA e IBAMA com palestras, treinamentos e fiscalização.	24	70,58
Sim, através das palestras com o Instituto Chico Mendes, CPT e EMATER	9	26,47
Não soube informar	1	2,9
Total	34	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Questionados sobre orientação das questões ambientais no assentamento Jardim (PB) se algum órgão já o fez os 70,58% entrevistados afirmaram que sim, o INCRA e o IBAMA com palestras, treinamentos e fiscalização. Eles afirmaram que o INCRA e o IBAMA, principalmente estes estão sempre fiscalizando, pois a área do assentamento faz fronteira com a Reserva Guaribas. Outros 26,47% dos trabalhadores afirmaram que sim também o Instituto Chico Mendes, a CPT e a EMATER já ministraram palestras sobre o assunto. Apenas 2,9% não souberam responder.

De acordo com o Projeto de Desenvolvimento de Assentamento (PDA, 2011) no assentamento não existe coleta de lixo, feita pela Prefeitura Municipal. De todo o lixo produzido pela comunidade no assentamento, 50% dos entrevistados afirmou que queimam, 38% enterram e 12% disseram jogar a céu aberto ou lixão (amontoado) (Gráfico 3).

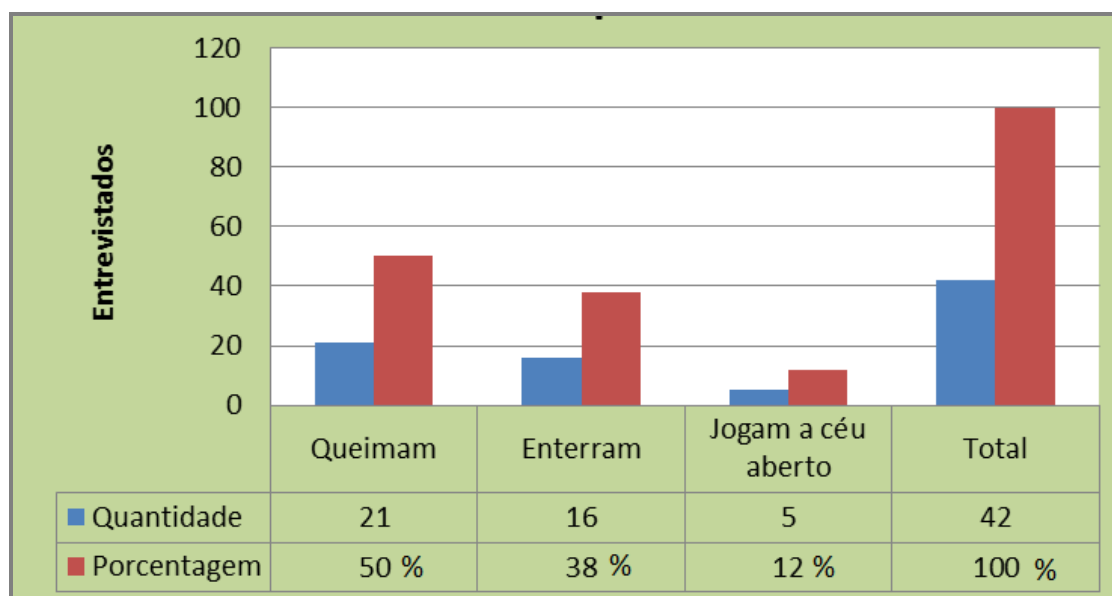


Gráfico 3- Destino do lixo produzido no Assentamento Jardim

Fonte: Diagnóstico Realizado no Assentamento Jardim.

Mendes; Cavalcante afirma que a Educação Ambiental tem uma importante função a desempenhar no sentido de colaborar para uma maior integração dos assentados com o meio ambiente, contribuindo para a melhoria das condições de vida e para a construção de uma sociedade mais justa. Devemos lembrar, que esse caminho para a educação ambiental nos assentamentos é o princípio básico, com a reconstrução histórica da comunidade constituída, abordando as relações interpessoais, intergrupais e com a natureza.

Tabela 20 – O que os assentados esperam do governo atual para a reforma agrária e os assentamentos.

Orientação	Frequência	Porcentagem (%)
Que mantenha os assentamentos com bons projetos e infra estrutura básica	12	35,30
O governo atual deve melhorar a reforma agrária e assentamentos de acordo com o governo anterior (Governo Lula)	8	23,53
Que reconheça nossas necessidades e melhore a reforma agraria e os assentamentos	7	20,58
Não souberam responder	7	20,58
Total	34	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Quando perguntados sobre o atual governo os entrevistados responderam em 35,30% que esperam que a reforma agrária mantenha os assentamentos com bons projetos e

infraestrutura básica. Outros 23,53% mencionaram que o governo deve melhorar a reforma agrária e os assentamentos de acordo com o governo anterior (Governo Lula). 20,58% disseram que o Governo Federal deve reconhecer as necessidades dos assentados e melhorar a reforma agrária e os assentamentos. Outros 20,58% não souberam responder.

De acordo com o INCRA mostram que, nos dez primeiros meses de mandato, o Governo Dilma criou menos assentamentos e assentou menos famílias do que os dois antecessores. Foram criados 35 assentamentos no atual governo, contra 135 nos dez primeiros meses do primeiro mandato de Lula e 156 em igual período de FHC. Mas, além disso, o número de famílias assentadas foi bem menor: 1.949, bem menos do que as 9.195 assentadas no início do governo Lula e as 23.391 no início do governo FHC.

Além disso, o governo Dilma rejeitou cerca de 90 processos de desapropriação de áreas para fins de reforma agrária. Nenhum decreto com esse teor foi assinado no atual governo. No de Lula, foram assinados em média 20 decretos por mês transferindo terras para o INCRA.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Assentamento Jardim segue a mesma trajetória de todos os assentamentos no Brasil, onde se mobiliza, ocupa-se, e espera-se a regularização através do INCRA. Todo processo ainda está passivo de reintegração de posse através da justiça e ação de grileiros que com documentos falsos tentam irregularmente assegurar o seu direito.

As discursões e resultados nos trazem uma série de explicações quanto ao processo de efetivação do assentamento Jardim no município de Curral de Cima-pb.

No decorrer da pesquisa podemos verificar que o anseio dos agricultores era terra para plantar e que a sua motivação foram através de mobilizações via CPT/INCRA e a junção de outros assentamentos na luta (Caaporã, Espírito Santo, Alhandra, etc.). Observamos vários benefícios que foram trazidos ao assentamento que se desenvolveram com os projetos diversos como o crédito agrícola, avicultura, apicultura, capacitação e outros tipos de fomentos aos assentados como trabalho de multirão, telecentro etc. Toda mobilização para regularização do assentamento se deu com a participação da CPT/INCRA, com diversos recursos para se chegar à ocupação. Quanto ao perfil dos assentados foi percebido que na sua maioria em 35,29% são realmente pessoas que saíram das fazendas onde não tinham acesso a terra para trabalhar. A reforma agrária no Brasil tem sido realizada de maneira parcial, sem infraestrutura, mecanização agrícola, sementes selecionadas, recursos hídricos e pouca assistência técnica, mais para resolver conflitos locais do que para resolver o problema da concentração fundiária. O assentamento é composto por 42 lotes de 14 hectares em média além das áreas comunitárias satisfazendo desta forma todos os assentados. Uma discussão e afirmação bastante importante é que, a maioria dos assentados não tem pretensão de vender seus lotes.

As questões ambientais são repassadas através da EMATER/PB, INSTITUTO CHICO MENDES, CPT, INCRA, de maneira esporádica, com palestras e pequenas capacitações. Quando indagados sobre as ações do atual Governo, os assentados esperam maiores atenções com a liberação de recursos através de projetos, e que o Governo Federal possa executar suas ações baseadas nas linhas de gestão do ex- presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e que se deve ter uma reforma agrária mais estruturada com apoio total do governo. (recursos hídricos, mecanização agrícola, crédito, extensão rural etc.).

Portanto, podemos finalizar esta pesquisa afirmando que a luta não se encerra na conquista da terra, mas continua na busca de outros direitos que possam garantir desenvolvimento ao assentamento e mudanças na vida das famílias assentadas. Acreditamos que estes direitos e a

possibilidade de existência desses camponeses somente serão asseguradas pela organização, união e luta dos mesmos, como fazem os assentados em Jardim/PB, pois estas conquistas estão relacionadas a mudanças estruturais na sociedade capitalista. Tais mudanças implicam, entre outras questões, possibilitar uma política social e de crédito para os trabalhadores produzirem e desenvolverem alternativas de comercialização da produção, a fim de que possam viver com dignidade do trabalho na terra, independentemente da forma por eles escolhida, se de modo coletivo ou individual.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manoel Correia de. **Lutas camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 2000.
- ALVES, Angélica Firminal; et. al Assentamentos rurais: conquistas e desafios Disponível em: <www.revista.ulbrajp.edu.br/seer/inicia/ojs/.../getdoc.php?id> Acesso em 05 nov.2011.
- BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira, A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos Avançados** n° 31, São Paulo, Set. 1997
- CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do movimento sem terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CALDART, Roseli e Salete **Revista de Estudos Avançados**, vol 15 n° 43, São Paulo. Set. 2001.
- CARVALHO, Lenise de Jesus; **O MST E A QUESTÃO AGRÁRIA: os atos de ocupação de terra de FHC a Lula**.São Luis II jornadaInternacional de políticas publicas,2005.
- CARVALHO, André. GONÇALVES, Jussara. **Reforma agrária de acordo com a Constituição, 1988**. Belo Horizonte: Editora Lê 1988.
- CONSULTA POPULAR/PB. **João Pedro Teixeira: vivo na memória e nas lutas dos trabalhadores**. João Pessoa: Idéia, 2002.
- CRUZ, Nelson Ney Dantas; SANTOS, Roselvelt José. O desafio da permanência na terra, comercialização de posses e reprodução dos modos de vida nos assentamentos de reforma agrária do Triângulo Mineiro. Campo Território: **Revista de Geografia Agrária**, V.6, n° 11, Fev. 2011.
- CPRM Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. **Diagnóstico do município de Curral de Cima**. Estado da Paraíba/ organização por João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior, Franklin de Moraes, Vanildo Almeida Mendes, Jorge Luiz Fortunato de Miranda. Recife: CPRM/ PRODEEM, 2005.
- FABRINI; J.E, O projeto do MST. DT Desenvolvimento Territorial dos Assentamentos e Campesinato. **Terra Livre**, 2002.
- GALVÃO, Leonardo. **Código Florestal Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965** Disponível em: <www.riscorural.com.br> Acesso em: 18 set. 2011
- IENO NETO, G.; BAMAT, T. **Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba**. João Pessoa/PB: INCRA-PB, UNITRABALHO-UFPB, CPT-PB, CEDOP, 1998.
- IAMAMOTTO, V. Marilda. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2004.
- INESC, **Reforma Agrária por quê?** 2° ed. Brasília: Copyright INESC, 1988.

INCRA. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Disponível em: <<http://www.incra.org.br>>. Acesso em: 07dez. 2011.

MAESTRI, Mário. **Uma história do Brasil colônia**. São Paulo: Contexto, 2002.

MARTINS, J. S. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: USP, 2000.

MOREIRA, Emília. **Por um Pedaco de Chão**. Volume 1. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

MOREIRA; TARGINO, I. **Capítulos de uma geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

NORDER, Luiz Antonio Cabello. **Assentamentos rurais: casa, comida e trabalho**. Campinas: IFCH/Unicamp, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura brasileira: transformações recentes**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Wendell Salustino de. et. al **A influência da teoria marxista na ciência geográfica: a experiência do grupo de estudo marxismo e geografia da uepb**. João Pessoa: Anais de Semana Geografia. SEMANGEIO. UFPB, 2011

PEREIRA, Antonio Alberto. **Pedagogia do movimento Camponês na Paraíba**. Das ligas aos assentamentos rurais. João Pessoa: Idéia, 2009.

PEREIRA, Isabele Aparecida Gomes; MELO, Ana Carla de Sousa; ALVES, Carlos Antônio Belarmino. **Dinâmica sócio-espacial dos assentamentos rurais no Brasil: um estudo sobre o assentamento nossa senhora das dores no município de cacimba de dentro/PB**. Porto Alegre: Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Crise, Praxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças, 2010.

PEREIRA, José Mauricio; SOUZA, Márcia MICELI. **Resultados econômicos dos assentamentos rurais da Zona da Mata de Pernambuco**. 2009. Disponível em: WWW.sober.org.br. Acessado em 10 dez. 2011.

ROSA, Luiz Artur Bernades da; GUIMARÃES, Maria de Fétima; CARNEIRO, Sérgio Luis; JUNIOR, Dimas Soares. **Caracterização de Sistemas Produtivos em Assentamentos Rurais no Município de Centenário do Sul- PR**. Londrina- PR- UEL, 2007.

SILVA, E. Barbosa. **Educação e reforma agrária, práticas educativas de assentados do sudoeste paulista**. São Paulo: Ed. Xamã, 2004.

SILVEIRA, Fernando Gaiger; SCHENEID, Ingrid. Com ocupações e Acampamentos fazem-se assentamentos: mas não reforma agrária. **Revista. Fee**.V.1 N° 3, 1991.

TOURAINÉ, A. Os movimentos sociais. In: FORACHI, M. M (org.) **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

WELCH, C. **Lutas camponesas no interior paulista**: memórias de Irineu Luís de Moraes. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

Sites consultados:

<http://www.planalto.gov.br/publi_04/colecao/refagr.htm> acessado em: 23/10/2011

Estudos Avançados vol. 11 n° 31, São Paulo, Set. 1997. Dossiê Questão Agrária.

<<http://www.vbml.adv.br>. acessado em 08/12/2011.

APÊNDICE- A

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES CAMPUS III
DEPARTAMENTO DE GEOHISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA
DISCENTE: VERÔNICA DA SILVA CAXIAS

Questionário/Entrevistas

Diagnóstico do assentado

Nome do assentado: _____

Apelido: _____

Nº de membros familiares: _____

Principal atividade agrícola: _____

Lote: _____

Nº INCRA: _____

Profissão: _____ Sítio: _____

1. Conte um pouco da sua história no assentamento e o que mudou na sua vida.

2. O que lhe motivou a morar no assentamento?

3. Antigamente quem eram os proprietários e por que foi ocupado?

4. Há quanto tempo vive neste assentamento?

5. Quais os benefícios trazidos pelo assentamento?

6. Que atividades são desenvolvidas neste assentamento?

7. Foi beneficiado com algum tipo de projeto institucional?

8. Como se realizou a mobilização e luta para que o INCRA aprovasse a regularização do assentamento?

9. Antes de ser assentado o que fazia e que profissão desempenhava?

10. Quantos assentados estão residindo no assentamento e quais os principais tipos de atividade agrícolas desenvolvidas?

11. Qual a participação efetiva das instituições governamentais no assentamento e o que é oferecido para evitar o êxodo rural?

12. O que você entende por reforma agrária?

13. O que existe de equipamentos sociais na comunidade?

14. A EMATER oferece assistência técnica?

15. Qual é a renda média retirada pelo assentado?

16. Em que o movimento Sem Terra contribui para o desenvolvimento dos assentados?

17. O lote é suficiente para desenvolver as atividades agrícolas?

18. Sabe dizer se algum assentado já vendeu o seu lote?

19. Algum órgão já orientou sobre as questões ambientais?

20. O que você espera deste governo para Reforma Agrária e Assentamento?

ANEXO

ESTATUTO DA TERRA
LEI N. 4.504 - DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964
Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências
(Alterada pelas LEI N° 5.709/1971, LEI N° 6.746/1979, LEI N° 7.647/ 1988, DEC.LEI N°
2.431/ 1988 e MPV N° 2.183-56, 24.08. 2001)
TÍTULO I Disposições Preliminares

CAPÍTULO I

Princípios e Definições

Art. 1º Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

2º Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país.

Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.

1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- c) assegura a conservação dos recursos naturais;
- d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem.

2º É dever do Poder Público:

- a) promover e criar as condições de acesso do trabalhador rural à propriedade da terra economicamente útil, de preferência nas regiões onde habita, ou, quando as circunstâncias regionais, o aconselhem em zonas previamente ajustadas na forma do disposto na regulamentação desta Lei;
- b) zelar para que a propriedade da terra desempenhe sua função social, estimulando planos para a sua racional utilização, promovendo a justa remuneração e o acesso do trabalhador aos benefícios do aumento da produtividade e ao bem-estar coletivo.

3º A todo agricultor assiste o direito de permanecer na terra que cultive, dentro dos termos e limitações desta Lei, observadas sempre que for o caso, as normas dos contratos de trabalho.

4º É assegurado às populações indígenas o direito à posse das terras que ocupam ou que lhes sejam atribuídas de acordo com a legislação especial que disciplina o regime tutelar a que estão sujeitas.

Art. 3º O Poder Público reconhece às entidades privadas, nacionais ou estrangeiras, o direito à propriedade da terra em condomínio, quer sob a forma de cooperativas quer como sociedades abertas constituídas na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único. Os estatutos das cooperativas e demais sociedades, que se organizarem na forma prevista neste artigo, deverão ser aprovados pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (I.B.R.A.) que estabelecerá condições mínimas para a democratização dessas sociedades.

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, definem-se:

I - "Imóvel Rural", o prédio rústico, de área contínua qualquer que seja a sua localização que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agro-industrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada;

II - "Propriedade Familiar", o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros;

III - "Módulo Rural", a área fixada nos termos do inciso anterior;

IV - "Minifúndio", o imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar;

V - "Latifúndio", o imóvel rural que:

a) exceda à dimensão máxima fixada na forma do artigo 46, § 1º, alínea b, desta Lei, tendo-se em vista as condições ecológicas, sistemas agrícolas regionais e o fim a que se destine;

b) não excedendo o limite referido na alínea anterior, e tendo área igual ou superior à dimensão do módulo de propriedade rural, seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural;

VI - "empresa Rural" é o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro de condição de rendimento econômico ... Vetado... da região em que se situe e que explore área mínima agricultável do imóvel segundo adrões fixados, pública e previamente, pelo Poder Executivo. Para esse fim, equiparam-se às áreas cultivadas, as pastagens, as matas naturais e artificiais e as áreas ocupadas com benfeitorias;

VII - "Parceleiro", aquele que venha a adquirir lotes ou parcelas em área destinada à Reforma Agrária ou à colonização pública ou privada;

VIII - "Cooperativa Integral de Reforma Agrária (C.I.R.A.)", toda sociedade cooperativa mista, de natureza civil, ...Vetado... criada nas áreas prioritárias de Reforma Agrária, contando temporariamente com a contribuição financeira e técnica do Poder Público, através do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, com a finalidade de industrializar, beneficiar, preparar e padronizar a produção agropecuária, bem como realizar os demais objetivos previstos na legislação vigente;

IX - "Colonização", toda a atividade oficial ou particular, que se destine a promover o aproveitamento econômico da terra, pela sua divisão em propriedade familiar ou através de Cooperativas ...Vetado...

Parágrafo único. Não se considera latifúndio:

a) o imóvel rural, qualquer que seja a sua dimensão, cujas características recomendem, sob o ponto de vista técnico e econômico, a exploração florestal racionalmente realizada, mediante planejamento adequado;

b) o imóvel rural, ainda que de domínio particular, cujo objeto de preservação florestal ou de outros recursos naturais haja sido reconhecido para fins de tombamento, pelo órgão competente da administração pública.

Art. 5º A dimensão da área dos módulos de propriedade rural será fixada para cada zona de características econômicas e ecológicas homogêneas, distintamente, por tipos de exploração rural que nela possam ocorrer.

Parágrafo único. No caso de exploração mista, o módulo será fixado pela média ponderada das partes do imóvel destinadas a cada um dos tipos de exploração considerados.

CAPÍTULO II

Dos Acordos e Convênios

Art. 6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão unir seus esforços e recursos, mediante acordos, convênios ou contratos para a solução de problemas de interesse rural, principalmente os relacionados com a aplicação da presente Lei, visando a implantação da Reforma Agrária e à unidade de critérios na execução desta.

1º Para os efeitos da Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA representará a União nos acordos, convênios ou contratos multilaterais referidos neste artigo

(Redação da MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.183-56, DE 24 DE AGOSTO DE 2001)

(Redação anterior) - Parágrafo único. Para os efeitos da Reforma Agrária, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária representará a União nos acordos, convênios ou contratos multilaterais referidos neste artigo.

§ 2º A União, mediante convênio, poderá delegar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o cadastramento, as vistorias e avaliações de propriedades rurais situadas no seu território, bem como outras atribuições relativas à execução do Programa Nacional de Reforma Agrária, observados os parâmetros e critérios estabelecidos nas leis e nos atos normativos federais.

(Redação da MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.183-56, DE 24 DE AGOSTO DE 2001)

§ 3º O convênio de que trata o caput será celebrado com os Estados, com o Distrito Federal e com os Municípios que tenham instituído órgão colegiado, com a participação das organizações dos agricultores familiares e trabalhadores rurais sem terra, mantida a paridade de representação entre o poder público e a sociedade civil organizada, com a finalidade de formular propostas para a adequada implementação da política agrária

(Redação da MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.183-56, DE 24 DE AGOSTO DE 2001)

§ 4º Para a realização da vistoria e avaliação do imóvel rural para fins de reforma agrária, poderá o Estado utilizar-se de força policial.

(Redação da MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.183-56, DE 24 DE AGOSTO DE 2001)

§ 5º O convênio de que trata o caput deverá prever que a União poderá utilizar servidores integrantes dos quadros de pessoal dos órgãos e das entidades da Administração Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para a execução das atividades referidas neste artigo." (NR)

(Redação da MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.183-56, DE 24 DE AGOSTO DE 2001)

Art. 7º Mediante acordo com a União, os Estados poderão encarregar funcionários federais da execução de Leis e serviços estaduais ou de atos e decisões das suas autoridades, pertinentes aos problemas rurais, e, reciprocamente, a União poderá, em matéria de sua competência,

cometer a funcionários estaduais, encargos análogos, provendo às necessárias despesas de conformidade com o disposto no parágrafo terceiro do artigo 18 da Constituição Federal.

Art. 8º Os acordos, convênios ou contratos poderão conter cláusula que permita expressamente a adesão de outras pessoas de direito público, interno ou externo, bem como de pessoas físicas nacionais ou estrangeiras, não participantes direta dos atos jurídicos celebrados.

Parágrafo único. A adesão efetivar-se-á com a só notificação oficial às partes contratantes, independentemente de condição ou termo.